INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM 2 (DUAS) SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, DA MV PARTICIPAÇÕES S.A.

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

**MV PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações, sem registro de capital aberto perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Luigi Galvani, n.º 70, 9º andar, sala 3, Edifício Alana II, Itaim Bibi, CEP 04575-020, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o n.º 28.029.249/0001-49, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) sob o NIRE n.º 35300505131, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora");

e, como agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das debêntures da 1ª (primeira) emissão da Emissora (“Debenturistas” e, individualmente, “Debenturista”),

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 3.434, Bloco 07 - Grupo 201, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu estatuto social(“Agente Fiduciário”);

e, na qualidade de intervenientes garantidores,

**RICARDO RODRIGUES NUNES**, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG n.º M4.904.553 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o n.º 749.467.146-34, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Luigi Galvani, n.º 70, 9º andar, Edifício Alana II, Itaim Bibi, CEP 04575-020 (“Sr. Ricardo”);

**LUIZ CARLOS DOS SANTOS BATISTA**, brasileiro, casado sob o regime de separação absoluta de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG n.º 1.307.174-28 SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob o n.º 104.417.005-00, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Luigi Galvani, n.º 70, 9º andar, Edifício Alana II, Itaim Bibi, CEP 04575-020 (“Sr. Luiz Carlos”, em conjunto com Sr. Ricardo, “Garantidores”);

(sendo a Emissora, o Agente Fiduciário e os Garantidores designados, em conjunto, como “Partes” e, individual e indistintamente, como “Parte”);

Como cônjuge do Sr. Ricardo expressamente anuindo com a outorga da Fiança Ricardo, exclusivamente para os fins do disposto no artigo 1.647, inciso III, da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Código Civil”):

**ADRIANA BATISTA NUNES**, brasileira, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, empresária, portadora da cédula de identidade RG n.º M2.720.233 SSP/MG, inscrita no CPF/MF sob o n.º 000.831.806-99, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Luigi Galvani, n.º 70, 9º andar, Edifício Alana II, Itaim Bibi, CEP 04575-020 (“Cônjuge Anuente”).

vêm por esta celebrar, na melhor forma de direito, o presente “*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 2 (Duas) Séries, da Espécie Quirografária, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, da MV Participações S.A.”* (“Escritura de Emissão”, “Emissão” e “Debêntures”, respectivamente), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

# CLÁUSULA PRIMEIRA – DA AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA EMISSÃO

# A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização da Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Emissora, realizada em 19 de outubro de 2017 (“AGE”), na qual foram deliberadas (a) a aprovação da Emissão e das Debêntures, incluindo seus termos e condições, conforme o disposto no artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”); (b) a aprovação da Oferta Restrita (conforme definida abaixo), incluindo os seus termos e condições, conforme o disposto na Lei n.º 6.385, de 7 de setembro de 1976, conforme alterada (“Lei 6.385”) e na Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”); (c) a autorização à Diretoria da Emissora para adotar todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à realização da Emissão e da Oferta Restrita; e (d) a autorização, no âmbito e para fins da Emissão e da Oferta Restrita, ao Agente Fiduciário para atuar, isoladamente, como bastante procurador da Emissora estritamente nos termos do item 2.5.4 abaixo e do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações MVB (conforme definido abaixo).

# CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS

A emissão das Debêntures será realizada com observância dos seguintes requisitos:

# Dispensa de Registro na CVM e Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

# As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de distribuição, a ser realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis (“Oferta Restrita”), estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 6º da Instrução CVM 476 e o artigo 19 da Lei 6.385.

# Por se tratar de uma oferta pública com esforços restritos de distribuição, a Oferta Restrita poderá vir a ser registrada na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”), nos termos do artigo 1º, parágrafo 2°, do "*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários*" (“Código ANBIMA”), atualmente em vigor, exclusivamente para fins de envio de informações para a base de dados da ANBIMA, sendo tal registro condicionado à expedição, até a data de envio da Comunicação de Encerramento (conforme definida abaixo), de diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA, nos termos do artigo 9º, parágrafo 1º, do Código ANBIMA.

# Arquivamento na JUCESP e Publicação da Ata de AGE

# A ata de AGE que deliberou sobre a Emissão e a Oferta Restrita será arquivada na JUCESP e publicada no Diário Oficial da União e no jornal “Gazeta de São Paulo”, em atendimento ao disposto no artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

# A Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário cópia da ata da AGE registrada, bem como das referidas publicações, em até 3 (três) Dias Úteis contados das respectivas datas de arquivamento e publicações.

# Arquivamento desta Escritura de Emissão na JUCESP

# A presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão arquivados na JUCESP, de acordo com o inciso II e o parágrafo 3º do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

# A Emissora compromete-se a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos, devidamente registrados na JUCESP, no prazo de 10 (dez) dias corridos contados da data de obtenção dos referidos registros.

# Depósito para Distribuição, Negociação e Liquidação Financeira

# As Debêntures serão depositadas para distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Segmento CETIP UTVM (“B3”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3.

# As Debêntures serão depositadas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 –Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3.

# Não obstante o disposto no item 2.4.2 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas em mercados regulamentados de valores mobiliários após decorridos 90 (noventa) dias de cada subscrição ou aquisição, pelo investidor, de acordo com os artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e apenas poderão ser negociadas entre investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 9º-B da Instrução CVM n.º 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada, inclusive pela Instrução CVM nº 554, de 17 de dezembro de 2014, conforme alterada (“Investidores Qualificados”, “Instrução CVM 539” e “Instrução CVM 554”, respectivamente) após observado o cumprimento pela Emissora do artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo certo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

# Registro das Garantias

# Em razão das Fianças prestadas pelos Garantidores nos termos do item 4.18.2 abaixo, a presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, conforme o caso, das sedes ou domicílio da Emissora, do Agente Fiduciário e dos Garantidores, na forma prevista nos artigos 129 e 130 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada.

# O Contrato de Alienação Fiduciária de Ações MVB será registrado nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, conforme previstos no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações MVB, de acordo com o inciso III do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

# A presente Escritura de Emissão, o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações MVB e eventuais aditamentos serão registrados pela Emissora nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos mencionados nos itens 2.5.1 e 2.5.2 acima em até 20 (vinte) dias corridos a contar da data de assinatura desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações MVB, conforme o caso. No prazo de até (a) 7 (sete) Dias Úteis após as datas de assinatura desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações MVB, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário o protocolo do pedido de registro da presente Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações MVB, nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos; e (b) 5 (cinco) Dias Úteis após a obtenção de tais registros, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original da Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações MVB, devidamente registrados nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos.

# O Agente Fiduciário fica desde já autorizado e constituído de todos os poderes, de forma irrevogável e irretratável, para, em nome da Emissora, e às expensas desta, como seu bastante procurador, promover o registro desta Escritura de Emissão caso a Emissora não o faça, nos termos do item 2.5.3 acima e nos termos dispostos nos artigos 653, 684 e parágrafo 1º do artigo 661 do Código Civil e conforme previsto no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações MVB.

# O eventual registro da presente Escritura de Emissão realizado pelo Agente Fiduciário não isenta o descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora, nos termos da alínea (xviii) do item 4.15.2 abaixo.

# CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

# Objeto Social da Emissora

# A Emissora tem por objeto social a participação em outras sociedades.

# Número da Emissão

# A presente Emissão representa a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

# Séries

# A Emissão será realizada em 2 (duas) séries.

# Valor Total da Emissão

# O valor total da Emissão será de R$ 1.667.118.000,00 (um bilhão, seiscentos e sessenta e sete milhões, cento e dezoito mil reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definido) (“Valor Total da Emissão”), sendo (a) R$ 1.267.118.000,00 (um bilhão, duzentos e sessenta e sete milhões, cento e dezoito mil reais) correspondentes à primeira série de Debêntures (“Primeira Série”); e (b) R$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) correspondentes à segunda série de Debêntures (“Segunda Série”, sendo a Primeira Série e a Segunda Série denominadas individual e indistintamente como “Série” e, em conjunto como, “Séries”), observada a possibilidade de distribuição parcial, conforme prevista no item 4.5.6 abaixo.

# Nos termos da Cláusula 4.5.6 abaixo da presente Escritura de Emissão e do Contrato de Distribuição, será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta Restrita, sendo que eventual saldo de Debêntures não colocado no âmbito da Oferta Restrita será cancelado pela Emissora, por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão, sem a necessidade de realização de deliberação societária da Emissora ou de realização de assembleia geral de Debenturistas.

# Quantidade de Debêntures

# Serão emitidas 1.667.118 (um milhão, seiscentas e sessenta e sete mil, cento e dezoito) Debêntures, sendo (a) 1.267.118 (um milhão, duzentos e sessenta e sete mil, cento e dezoito) Debêntures da Primeira Série; e (b) até 400.000 (quatrocentas mil) Debêntures da Segunda Série.

# Destinação dos Recursos

# Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a integralização das Debêntures (“Recursos da Integralização”) serão integralmente destinados para o aumento de capital social da Máquina de Vendas Brasil Participações S.A. (“MVB”).

# Escriturador e Banco Liquidante

# A instituição prestadora de serviços de escrituração e o banco liquidante das Debêntures será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12 ("Escriturador" ou “Banco Liquidante”).

# Imunidade ou Isenção de Debenturistas

# Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Escriturador e ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes das datas previstas de pagamento das Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor, como se não fosse imune ou gozasse de isenção tributária. Caso a documentação comprobatória da imunidade de que trata este item não seja suficiente, para comprová-la, a critério do Escriturador o pagamento será realizado com o desconto da alíquota dos tributos incidentes.

# O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos do item 3.8.1 acima e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Liquidante e Escriturador, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitado pelo Banco Liquidante.

# Mesmo que tenha recebido a documentação referida no item 3.8.2 acima e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que entender devida.

# CLÁUSULA QUARTA – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

# Data de Emissão das Debêntures

# Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 30 de outubro de 2017 (“Data de Emissão”).

# Valor Nominal Unitário das Debêntures

# O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R$1.000,00 (mil reais) (“Valor Nominal Unitário”).

# Forma, Conversibilidade e Comprovação da Titularidade das Debêntures

# As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora, e emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem a emissão de certificados ou cautelas.

# Para todos os fins e efeitos legais, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Escriturador, na qualidade de instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato emitido pela B3, em nome do Debenturista, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3.

# Espécie

# As Debêntures são da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, a qualquer momento e a critério dos Debenturistas, desde que seja apresentado pela Emissora um laudo de avaliação das ações de emissão da MVB atestando que o valor da garantia objeto da Alienação Fiduciária de Ações MVB e da Cessão Fiduciária de Dividendos garantem, no mínimo, 100% (cem por cento) do saldo devedor das Debêntures (“Laudo de Avaliação”), e contarão ainda com garantia adicional fidejussória, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

# As Partes deverão celebrar aditamento à presente Escritura de Emissão e a Emissora deverá submetê-lo a registro perante a JUCESP (“Aditamento para Convolação”), para formalizar a convolação da espécie das Debêntures de quirografária para a espécie com garantia real, em até 3 (três) Dias Úteis contados da manifestação dos Debenturistas aprovando a convolação.

# Fica desde já estabelecido que não será necessária nova aprovação societária pela Emissora e pelos Garantidores para a aprovação do Aditamento para Convolação e consequente convolação da espécie das Debêntures de quirografária para com garantia real, nos termos do aditamento que ora consta como Anexo I a esta Escritura de Emissão.

# O Aditamento para Convolação deverá ser enviado pela Emissora à B3 em até 2 (dois) Dias Úteis contados de seu registro perante a JUCESP.

# Colocação

# As Debêntures serão objeto da Oferta Restrita, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários (“Coordenador Líder” e “Coordenadores”), a qual será realizada sob regime de melhores esforços de colocação.

# O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 e no “Contrato de Coordenação e de Distribuição Pública, com Esforços Restritos, em Regime de Melhores Esforços de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em 2 (Duas) Séries, da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures da MV Participações S.A.” (“Contrato de Distribuição” e “Plano de Distribuição”, respectivamente). Para tanto, os Coordenadores poderão acessar, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais (conforme abaixo definido), sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais.

# O público alvo da Oferta Restrita será composto por investidores profissionais, assim definidos nos termos do artigo 9º-A da Instrução CVM 539 (“Investidores Profissionais”), observado que (a) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Profissionais, ainda que se destinem a investidores não profissionais; e (b) fundos de investimento e carteiras administradas de valores mobiliários cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para fins dos limites previstos no item 4.5.2 acima.

# A Emissão e a Oferta Restrita não poderão ser aumentadas em nenhuma hipótese.

# A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos da B3 e com o Plano de Distribuição descrito nesta Cláusula Quarta.

# Nos termos do Contrato de Distribuição, será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta Restrita, sendo que eventual saldo de Debêntures não colocado no âmbito da Oferta Restrita será cancelado pela Emissora, por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão, sem a necessidade de realização de deliberação societária da Emissora ou de realização de assembleia geral de Debenturistas.

# Tendo em vista a possibilidade de distribuição parcial, nos termos do item 4.5.6 acima, o Investidor Profissional poderá, no ato da aceitação à Oferta Restrita, condicionar sua adesão a que haja distribuição:

1. do Valor Total da Emissão, sendo que, se tal condição não se implementar e se o Investidor Profissional já tiver efetuado o pagamento do preço de integralização, referido preço de integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e/ou encargos incidentes, se existentes, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tenha sido verificado o não implemento da condição, por meio da B3, sendo critérios operacionais da B3; ou
2. de uma proporção ou quantidade mínima de Debêntures originalmente objeto da Oferta Restrita, definida conforme critério do próprio Investidor Profissional, podendo o Investidor Profissional, no momento da aceitação, indicar se, implementando-se a condição prevista, pretende receber a totalidade das Debêntures subscritas por tal Investidor Profissional ou quantidade equivalente à proporção entre a quantidade de Debêntures efetivamente distribuída e a quantidade de Debêntures originalmente objeto da Oferta Restrita, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do Investidor Profissional em receber a totalidade das Debêntures subscritas por tal Investidor Profissional, sendo que, caso o Investidor Profissional tiver indicado tal proporção, tal condição não se implementar e o investidor já tiver efetuado o pagamento do preço de integralização, referido preço de integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e/ou encargos incidentes, se existentes, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tenha sido verificado o não implemento da condição, por meio da B3, sendo critérios operacionais da B3.

# No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Profissional assinará declaração atestando, nos termos do artigo 7º da Instrução CVM 476, a respectiva condição de Investidor Profissional, bem como de que está ciente, entre outros, que (a) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e poderá ser objeto de registro na ANBIMA, nos termos do item 2.1.2 acima; (b) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão; (c) efetuou sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora e sobre a constituição, suficiência e exequibilidade das Garantias (conforme abaixo definidas); e (d) concorda expressamente com todos os termos e condições desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações MVB (conforme abaixo definidos).

# Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Profissionais interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

# Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

# Prazo, Preço e Forma de Subscrição e Integralização

# As Debêntures de cada uma das Séries serão subscritas e integralizadas à vista, em uma única data, no ato da subscrição (“Data de Integralização”), pelo seu Valor Nominal Unitário, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos estabelecidos pela B3, em moeda corrente nacional ou por meio de dação em pagamento das debêntures integrantes da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 (duas) séries, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, de emissão da RN Comércio Varejista S.A. (“RN” e “Debêntures RN”, respectivamente), mediante utilização do seguinte fator de conversão: o Valor Nominal Unitário de cada Debênture divido pelo valor nominal unitário acrescido da remuneração de cada Debênture RN que equivalerá a quantidade de Debêntures RN suficientes para integralizarem uma Debênture desta Emissão, sendo que para números fracionados, o valor será arredondado para o número inteiro mais próximo.

# Prazo de Vigência e Data de Vencimento

# As Debêntures terão prazo de vigência de 07 (sete) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 30 de outubro de 2024 (“Data de Vencimento”), ressalvadas as hipóteses de Vencimento Antecipado (conforme abaixo definido), ou ainda na hipótese de Resgate Antecipado Obrigatório Total (conforme abaixo definido) ou Oferta de Resgate Antecipado (conforme abaixo definido) considerando a aceitação desta pela totalidade dos titulares das Debêntures, conforme aplicável nos termos desta Escritura de Emissão.

# Amortização Programada

# O Valor Nominal Unitário das Debêntures ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em uma única data, qual seja, na Data de Vencimento, observada as hipóteses de Vencimento Antecipado, ou ainda hipótese de Resgate Antecipado Obrigatório Total, ou Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures, conforme aplicável.

# Amortização Extraordinária Obrigatória ou Resgate Antecipado Obrigatório Total

# A Emissora deverá realizar a Amortização Extraordinária Obrigatória parcial ou o Resgate Antecipado Obrigatório Total (conforme definidos abaixo), conforme o caso, caso tenha ocorrido qualquer dos Eventos de Amortização Extraordinária Obrigatória ou Resgate Antecipado Obrigatório (conforme definido abaixo), a serem informados previamente pela Emissora ao Agente Fiduciário, observado que somente será realizada a Amortização Extraordinária Obrigatória parcial ou o Resgate Antecipado Obrigatório Total, conforme o caso, das Debêntures da Segunda Série após o resgate antecipado integral das Debêntures da Primeira Série (“Ordem de Pagamento”).

# As Debêntures deverão ser amortizadas extraordinariamente ou resgatadas antecipadamente, conforme o caso (“Amortização Extraordinária Obrigatória” e “Resgate Antecipado Obrigatório Total”, respectivamente), quando do recebimento nas Contas Dividendos dos recebíveis decorrentes do Fluxo de Dividendos, conforme definido abaixo (“Evento de Amortização Extraordinária Obrigatória ou Evento de Resgate Antecipado Obrigatório Total”).

# A Amortização Extraordinária Obrigatória ou Resgate Antecipado Obrigatório Total, conforme o caso, deverá abranger igualmente todas as Debêntures da Primeira Série e somente após a integral liquidação destas, igualmente as Debêntures da Segunda Série.

# Na hipótese do Fluxo de Dividendos corresponderem a um valor (a) igual ou inferior àquele necessário para a realização da Amortização Extraordinária Obrigatória do percentual de até 98% (noventa e oito) por cento do Valor Nominal Unitário acrescido da remuneração (ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), de cada uma das Debêntures, a Emissora deverá realizar a Amortização Extraordinária Obrigatória das Debêntures, observada a Ordem de Pagamento; ou (b) superior àquele necessário para a realização da Amortização Extraordinária Obrigatória, a Emissora deverá realizar o Resgate Antecipado Obrigatório Total, ainda que para tanto complemente os valores relativos ao Fluxo de Dividendos, conforme o caso, com recursos próprios, observada a Ordem de Pagamento.

# Ocorrido quaisquer dos Eventos de Amortização Extraordinária Obrigatória ou Resgate Antecipado Obrigatório Total, observado o item 4.8.2.2 acima, a Emissora se obriga a realizar a Amortização Extraordinária Obrigatória parcial ou o Resgate Antecipado Obrigatório Total, conforme o caso, no prazo de até 15 (quinze) dias contados do recebimento do Fluxo de Dividendos nas Contas Dividendo.

# A Amortização Extraordinária Obrigatória parcial ou o Resgate Antecipado Obrigatório Total, conforme o caso, deverá ser realizado com recursos equivalentes a 100% (cem por cento) do Fluxo de Dividendos, o qual deverá eventualmente ser complementado pela Emissora com recursos próprios na hipótese descrita no item 4.8.2.2 acima.

# A Emissora deverá enviar aviso individual à cada um dos Debenturistas da respectiva Série ou de todas as Séries, conforme o caso, titulares das Debêntures que serão objeto da Amortização Extraordinária Obrigatória ou do Resgate Antecipado Obrigatório Total, conforme o caso, com cópia para o Agente Fiduciário (“Comunicação de Amortização Extraordinária” e “Comunicação de Resgate Antecipado”, respectivamente), com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis contados da data em que for ocorrer o Evento de Amortização Extraordinária Obrigatória ou o Evento Resgate Antecipado Obrigatório Total informando (a) a ocorrência do respectivo evento; (b) a data para a realização da Amortização Extraordinária Obrigatória ou Resgate Antecipado Obrigatório Total, conforme o caso, e o efetivo pagamento aos respectivos Debenturistas, observado o prazo estabelecido no item 4.8.3 acima; (c) o Valor da Amortização Extraordinária ou o Valor do Resgate Antecipado (conforme definidos abaixo) a ser pago a título de Amortização Extraordinária Obrigatória ou Resgate Antecipado Obrigatório Total, conforme o caso; e (d) as demais informações consideradas relevantes pela Emissora para conhecimento dos Debenturistas.

# A título de Amortização Extraordinária Obrigatória parcial ou Resgate Antecipado Obrigatório Total, conforme o caso, os Debenturistas cujas Debêntures forem objeto da Amortização Extraordinária Obrigatória parcial ou do Resgate Antecipado Obrigatório Total, conforme o caso, farão jus ao recebimento de parcela do Valor Nominal Unitário (ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) a ser amortizada ou resgatada, acrescida da respectiva Remuneração (conforme abaixo definido) devida e não paga até a data da Amortização Extraordinária Obrigatória parcial ou Resgate Antecipado Obrigatório Total, conforme o caso (“Valor da Amortização Extraordinária” e “Valor do Resgate Antecipado”, respectivamente).

# A Amortização Extraordinária Obrigatória parcial ou o Resgate Antecipado Obrigatório Total, conforme o caso, seguirão os procedimentos adotados pela B3, conforme as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na B3.

# A B3 deverá ser comunicada pela Emissora e pelo Agente Fiduciário sobre a Amortização Extraordinária Obrigatória parcial ou Resgate Antecipado Obrigatório Total, conforme o caso, com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da respectiva data prevista para ocorrer a Amortização Extraordinária Obrigatória parcial ou Resgate Antecipado Obrigatório Total, conforme o caso, por meio de envio de correspondência nesse sentido.

# Remuneração

# O Valor Nominal Unitário não será atualizado ou corrigido monetariamente por qualquer índice.

# A partir da Data de Integralização, sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra* grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Taxa DI”), calculada e divulgada diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida de uma sobretaxa de 1% (um por cento), expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis (“Remuneração”), observado o disposto no item 4.9.3 abaixo.

# A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, desde a Data de Integralização das Debêntures e paga na Data de Vencimento (ou na data do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de uma das hipóteses de Vencimento Antecipado, ou ainda na hipótese de Resgate Antecipado Obrigatório Total, de Amortização Extraordinária Obrigatória parcial ou Oferta de Resgate Antecipado, conforme aplicável).

O cálculo da Remuneração das Debêntures obedecerá à seguinte fórmula:

J = VNe x (Fator Juros – 1)

onde:

J = valor da Remuneração devida ao final do Período de Capitalização (conforme abaixo definido), calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário de Emissão ou saldo do Valor Nominal da Debênture, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e

Fator Juros = Fator de Juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento. Apurado da seguinte forma:

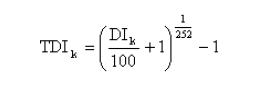
Fator Juros = (Fator DI x Fator Spread)

onde:

Fator DI = produtório das Taxas DI-*Over*, com uso de percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

onde:

nDI = número total de Taxas DI-*Over*, consideradas na atualização do ativo, sendo “nDI” um número inteiro;

TDIk = Taxa *DI-Over*, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

onde:

DIk = Taxa DI-*Over*, divulgada pela B3, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

FatorSpread = sobretaxa de juros fixo, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:



onde:

spread = taxa de spread, informada com 4 (quatro) casas decimais;

DP = É o número de Dias Úteis entre a Data de Integralização, e a data atual, sendo “DP” um número inteiro;

Observações:



O fator resultante da expressão será considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento, assim como seu produtório;



Efetua-se o produtório dos fatores diários, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado; e

Se os fatores diários estiverem acumulados, considerar-se-á o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

# O período de capitalização da Remuneração é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização e termina na Data de Pagamento da Remuneração ("Período de Capitalização"). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a respectiva Data de Vencimento ou, ainda, a data em que ocorrer alguma das hipóteses de Vencimento Antecipado, ou ainda na hipótese de Resgate Antecipado Obrigatório Total, de Amortização Extraordinária Obrigatória parcial ou Oferta de Resgate Antecipado, conforme aplicável.

# Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração da Remuneração, será aplicada a última Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI disponível.

# Na ausência da apuração, divulgação e/ou limitação da utilização da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) Dias Úteis, após a data esperada para apuração e/ou divulgação (“Período de Ausência de Taxa DI”) ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, a Taxa DI deverá ser substituída pelo devido substituto legal que eventualmente vier a ser determinado ou, no caso de inexistir substituto legal para a Taxa DI, será convocada, pelo Agente Fiduciário, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definido) de cada uma das Séries, nos termos da Cláusula Sétima abaixo, a ser realizada dentro do prazo de 8 (oito) dias corridos, contados da publicação do edital de convocação ou, caso não se verifique quórum para realização da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados da nova publicação do edital de convocação relativo a segunda convocação, a qual terá como objeto a deliberação pelos Debenturistas de cada uma das Séries, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de remuneração das Debêntures, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração (“Taxa Substitutiva”).

# Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo) da respectiva Série, a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, consequentemente, cancelar antecipadamente, a totalidade das Debêntures da respectiva Série, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de encerramento da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da respectiva Série, ou em prazo que venha a ser definido de comum acordo em referida assembleia, pelo seu Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração devida desde a Data de Integralização ou a última Data de Pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último, até a data do efetivo resgate. O prazo para a liquidação total das Debêntures não ultrapassará, em nenhuma hipótese, a Data de Vencimento das Debêntures da respectiva Série. Para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures da respectiva Série a serem resgatadas e, consequentemente, canceladas, para cada dia do Período de Ausência da Taxa DI será utilizada última Taxa DI divulgada.

# Até a deliberação da Taxa Substitutiva, quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, será aplicada a última Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI disponível.

# Caso a Taxa DI volte a ser apurada/divulgada e/ou sua utilização volte a ser permitida antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas da respectiva Série de que trata o item 4.9.5 acima, a convocação para a referida Assembleia Geral de Debenturistas será cancelada, ficando estabelecido que a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos deste item, a última Taxa DI divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

# Farão jus aos pagamentos da Remuneração aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil anterior à respectiva Data de Pagamento da Remuneração.

# Os Garantidores desde já concordam com o disposto nos itens 4.9.5 a 4.9.8 acima, declarando que o ali disposto não importará em novação, conforme definida e regulada nos termos do artigo 360 e seguintes do Código Civil, mantendo-se as Fianças válidas e em pleno vigor.

# Pagamento da Remuneração

# A Remuneração das Debêntures será devida em uma única data, qual seja, a Data de Vencimento ou a data em que ocorrer alguma das hipóteses de Vencimento Antecipado, ou ainda hipótese de Resgate Antecipado Obrigatório Total, de Amortização Extraordinária Obrigatória ou Oferta de Resgate Antecipado, conforme aplicável ("Data de Pagamento da Remuneração”).

# Resgate Antecipado Facultativo

# As Debêntures não poderão ser resgatadas pela Emissora de forma facultativa, observado, contudo, as disposições acerca do Resgate Antecipado Obrigatório Total constante do item 4.8 acima e a Oferta de Resgate Antecipado dispostas no item 4.12 abaixo.

# Oferta de Resgate Antecipado

# A Emissora poderá realizar, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, mediante deliberação de seus órgãos competentes, oferta de resgate antecipado de parte ou da totalidade das Debêntures de uma ou de cada uma das Séries, com o consequente cancelamento de tais Debêntures ("Oferta de Resgate Antecipado”), observado que as Debêntures de Segunda Série apenas poderão ser objeto da Oferta de Resgate Antecipado após o resgate da totalidade das Debêntures da Primeira Série.

# A Oferta de Resgate Antecipado deverá ser endereçada a todos os Debenturistas da respectiva Série, sem distinção, sendo assegurada igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar a Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures.

# A Oferta de Resgate Antecipado deverá ser realizada na forma descrita abaixo:

a Emissora deverá comunicar todos os Debenturistas da respectiva Série sobre a realização da Oferta de Resgate Antecipado por meio de publicação de anúncio, a qual deverá ser realizada nos termos do item 4.21.1 abaixo ("Edital de Oferta de Resgate Antecipado"), devendo a Emissora enviar cópia do Edital de Oferta de Resgate Antecipado ao Agente Fiduciário na mesma data de sua publicação, descrevendo os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo **(a)** a data efetiva para o resgate e pagamento das Debêntures a serem resgatadas; **(b)** a forma de manifestação dos Debenturistas à Emissora que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado; **(c)** o prazo para manifestação dos Debenturistas, o qual deve ser de, no mínimo, 10 (dez) Dias Úteis; **(d)** se a Oferta de Resgate Antecipado será sobre a totalidade ou parte das Debêntures da respectiva Série; **(e)** o eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora, o qual não poderá ser negativo (“Prêmio de Resgate”); e **(f)** demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate das Debêntures;

após a publicação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado terão que se manifestar formalmente à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário, e em conformidade com o disposto no Edital de Oferta de Resgate Antecipado. Findo o prazo estabelecido no Edital de Oferta de Resgate Antecipado, a Emissora terá o prazo de 5 (cinco) Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, a qual ocorrerá em uma única data para todas as Debêntures objeto do resgate;

o valor a ser pago aos Debenturistas da respectiva Série a título de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração devida e não paga até a efetiva data do resgate antecipado e de eventual Prêmio de Resgate; e

a Emissora deverá comunicar a B3 e o Escriturador sobre a realização da Oferta de Resgate Antecipado, por meio de correspondência escrita com o de acordo do Agente Fiduciário, com, no mínimo, 3 (três) Dias Úteis de antecedência em relação à data de efetivação do resgate.

# O pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio da Oferta de Resgate Antecipado será feito (a) por meio dos procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; ou (b) mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas, a ser realizado pelo Escriturador, no caso de Debêntures que não estejam custodiadas na B3.

# Caso a Oferta de Resgate Antecipado seja realizada de forma parcial e a quantidade de Debêntures detida por Debenturistas que tenham aderido à Oferta de Resgate Antecipado seja superior à quantidade indicada no Edital de Oferta de Resgate Antecipado, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3 serão adotados os procedimentos estabelecidos pela B3, sendo que todas as etapas do processo de resgate antecipado parcial das Debêntures, tais como habilitação dos Debenturistas da respectiva Série, qualificação, apuração, definição do sorteio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas, serão realizadas fora do âmbito da B3

# As Debêntures resgatadas pela Emissora nos termos previstos neste item 4.12 deverão ser canceladas pela Emissora.

# Repactuação

# As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

# Aditamento à Presente Escritura de Emissão

# Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser celebrados pela Emissora, pelo Agente Fiduciário, pelos Garantidores e pelo Cônjuge Anuente, e, caso sejam realizados após a integralização das Debêntures, após aprovação em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme Cláusula Sétima abaixo, e posteriormente arquivados na JUCESP nos termos do item 2.3.1 acima, e registrados nos competentes Cartórios de Títulos e Documentos, nos termos do item 2.5.1 acima.

# Vencimento Antecipado

# As Debêntures e todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão serão consideradas antecipadamente vencidas, tornando-se exigível da Emissora o pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro* *rata* *temporis* desde a Data de Integralização ou a respectiva Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, da cobrança dos Encargos Moratórios (conforme abaixo definidos) e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora (“Montante Devido Antecipadamente”), na ocorrência das hipóteses descritas nos itens 4.15.2 e 4.15.3 abaixo, observados os eventuais prazos de cura, quando aplicáveis (“Eventos de Vencimento Antecipado” e “Vencimento Antecipado”, respectivamente).

# Eventos de Vencimento Antecipado Automático: Observados os prazos de cura, quando aplicáveis, a ocorrência de quaisquer dos eventos indicados neste item 4.15.2 acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer aviso extrajudicial, interpelação judicial, notificação prévia à Emissora ou consulta aos Debenturistas (“Eventos de Vencimento Antecipado Automático”):

* + - 1. vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias a que estejam sujeitas a Emissora, quaisquer controladas, diretas ou indiretas da Emissora, bem como outras sociedades que venham a ser constituídas e que sejam controladas, diretas ou indiretas da Emissora (“Controladas”), de quaisquer dos Garantidores e/ou de quaisquer sociedades do Grupo MVB, conforme o caso, assim entendidas as dívidas contraídas pela Emissora, por quaisquer das Controladas, por quaisquer dos Garantidores e/ou por qualquer sociedade do Grupo MVB por meio de operações no mercado financeiro e/ou de capitais, local e/ou internacional, e que não sejam decorrentes da presente Escritura de Emissão. Para fins desta Escritura, “Grupo MVB” significa a MVB, a RN, a Carlos Saraiva Importação e Comércio Ltda. (“Carlos Saraiva”), a Dismobrás Importação, Exportação e Distribuição de Móveis e Eletrodomésticos S.A. (“Dismobrás”), da ES Atacado Ltda. (“ES Atacado”), da ES Promotora de Vendas Ltda. (“ES Promotora”), da Lojas Insinuante S.A. (“Insinuante”), da Lojas Salfer S.A. (“Salfer”), da MVN Investimentos Imobiliários e Participações S.A. (“MVN”), da Máquina de Vendas Holding Sul S.A. (“MV Sul”), da Nordeste Participações S.A. (“Nordeste”) e da WG Eletro S.A. (“WG”) quando referidas em conjunto;
      2. ajuizamento, contra a Emissora, quaisquer das Controladas e/ou quaisquer dos Garantidores, de qualquer ação ou conjunto de ações, incluindo ações de execução, no valor individual ou agregado, superior ou igual a R$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
      3. protesto de títulos contra a Emissora, quaisquer das Controladas e/ou contra quaisquer dos Garantidores, cujo valor individual ou agregado ultrapasse R$10.000.000,00 (dez milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), salvo se, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da intimação para pagamento do protesto, **(a)** for validamente comprovado que o protesto foi cancelado ou sustado ou objeto de medida judicial que o tenha suspendido, **(b)** for pago, ou **(c)** o protesto for justificado de forma aceitável aos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, exceto por aqueles existentes na data de assinatura da presente Escritura de Emissão;
      4. **(a)** pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou de quaisquer das Controladas, não devidamente elidido através do depósito do valor correspondente ao total do crédito, acrescido de correção monetária, juros e honorários advocatícios no prazo de até 10 (dez) dias contados da data do pedido de falência; **(b)** decretação de falência da Emissora e/ou de quaisquer das Controladas; **(c)** pedido de autofalência pela Emissora e/ou por quaisquer das Controladas; **(d)** propositura, pela Emissora e/ou por quaisquer das Controladas, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou **(e)** ingresso, pela Emissora e/ou por quaisquer das Controladas, em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
      5. encerramento, por qualquer motivo, das atividades da Emissora e/ou de quaisquer das Controladas ou ocorrência de evento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora e/ou de quaisquer das Controladas, incluindo acordo de credores, exceto se o encerramento das atividades de qualquer Controlada ocorrer em decorrência das seguintes operações societárias: *(1) (x)* cisão parcial da WG Eletro S.A. (“WG”), com a incorporação da parcela cindida pela RN; ou *(y)* incorporação da WG pela RN; *(2) (x)* cisão parcial da Lojas Salfer S.A. (“Salfer”), com a incorporação da parcela cindida pela RN; ou *(y)* incorporação da Salfer pela RN; *(3) (x)* cisão parcial da Nordeste Participações S.A. (“Nordeste”), com a incorporação da parcela cindida pela RN; ou *(y)* incorporação da Nordeste pela RN; *(4) (x)* cisão parcial da Dismobrás Importação, Exportação e Distribuição de Móveis e Eletrodomésticos S.A. (“Dismobrás”), com a incorporação da parcela cindida pela RN; ou *(y)* incorporação da Dismobrás pela RN; e/ou *(5) (x)* cisão parcial da MVN Investimentos Imobiliários e Participações S.A. (“MVN”), com a incorporação da parcela cindida pela RN; ou *(y)* incorporação da MVN pela RN(“Reorganização Societária”);
      6. liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou qualquer das Controladas, exceto no caso de Reorganização Societária;
      7. **(a)** alteração da participação acionária detida pelos acionistas atuais na presente data na Emissora e/ou em quaisquer das Controladas; e/ou **(b)** alteração, alienação ou transferência do controle acionário da Emissora e/ou de quaisquer das Controladas, de forma direta ou indireta; exceto se, em ambos os casos, **(i)** houver anuência prévia dos Debenturistas representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação de cada uma das Séries reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para este fim; **(ii)** em razão da Reorganização Societária; **(iii)** exclusivamente para a MVB, em razão do aumento de capital social da MVB no valor correspondente aos Recursos da Integralização; **(iv)** exclusivamente para a RN, em razão do aumento de capital social da RN em valor correspondente aos Recursos da Integralização; e/ou **(v)** exclusivamente para a MVB e Emissora, aumento de capital social da Emissora subscrito e integralizado pelos Acionistas MVB, por meio da capitalização da totalidade das ações de emissão da MVB, de titularidade dos Acionistas MVB (sendo os itens (iii), (iv) e (v), “Reorganização Societária Grupo MVB”);
      8. cisão, fusão ou incorporação da Emissora e/ou quaisquer das Controladas, incluindo incorporação de ações, ou, ainda, qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo diretamente a Emissora e/ou quaisquer das Controladas, sem a anuência prévia e expressa de Debenturistas representando 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação de cada uma das Séries reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim, exceto caso a cisão, fusão, incorporação e/ou reorganização societária mencionada acima envolva exclusivamente a Emissora, a MVB e a RN, e que nos casos de fusão ou incorporação, a Emissora, a MVB e a RN sejam sociedades sobreviventes. A Emissora renuncia o disposto no artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações;
      9. descumprimento, pela Emissora e/ou por quaisquer dos Garantidores, de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações MVB nas respectivas datas de pagamento;
      10. destinação dos Recursos da Integralização na forma e/ou em prazo diverso do estabelecido no item 3.6 acima;
      11. questionamento pela Emissora, quaisquer das Controladas e/ou por quaisquer dos Garantidores da validade e exequibilidade das Garantias;
      12. as Garantias: **(a)** não sejam constituídas e/ou formalizadas nos termos e prazos estabelecidos nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações MVB; ou **(b)** se tornarem inválidas, nulas ou inexequíveis, ou ainda, caso a Emissora, quaisquer das Controladas e/ou quaisquer dos Garantidores pratique ou interponha quaisquer atos ou medidas, judiciais ou extrajudiciais, que objetivem anular, cancelar, suspender, revogar, rescindir ou invalidar as Garantias; ou **(c)** caso qualquer terceiro pratique ou interponha quaisquer atos ou medidas, judiciais ou extrajudiciais, que objetivem anular, cancelar, suspender, revogar, rescindir ou invalidar as Garantias; ou **(d)** venham a se deteriorar, caso aplicável, ou tornem-se insuficientes para assegurar o cumprimento das Obrigações Garantidas, conforme definido nas Garantias, sem que a Emissora, no prazo de 7 (sete) Dias Úteis, (a) suspenda ou extinga os efeitos de referidos atos ou medidas, judiciais ou extrajudiciais, conforme aplicável; ou (b) substitua ou reforce a garantia;
      13. questionamento pela Emissora, pelos Garantidores e/ou quaisquer das Controladas ou por quaisquer terceiros da validade, eficácia ou exigibilidade desta Escritura de Emissão;
      14. transformação societária da Emissora, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
      15. redução do capital social da Emissora e/ou de quaisquer das Controladas ou resgate de ações ou quotas, conforme aplicável, da Emissora e/ou de quaisquer das Controladas, exceto se tal redução ou resgate ocorrer em decorrência da Reorganização Societária;
      16. transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora ou por quaisquer dos Garantidores, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, sem a prévia anuência de Debenturistas representando ao menos 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação de cada uma das Séries, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, especialmente convocada para este fim;
      17. contratação de endividamento pela Emissora, por quaisquer das Controladas, por quaisquer dos Garantidores e/ou por quaisquer das sociedades do Grupo MVB, em valor, individual ou agregado, superior ao Endividamento Máximo, sendo certo que fica permitida a contratação de novo endividamento caso seja verificado Valor Disponível para Novo Endividamento.  Para fins deste item, **(i)** referida verificação será feita mensalmente com base no último balancete mensal da MVB, a ser encaminhado pela Emissora; **(ii)**“Endividamento Máximo” significa **(a)** até 31 de dezembro de 2019, inclusive, R$203.000.000,00 (duzentos e três milhões de reais); e **(b)** após 31 de dezembro de 2019, exclusive, o maior valor entre 1,5 x EBITDA e R$203.000.000,00 (duzentos e três milhões de reais); **(iii)** “EBITDA” significa o lucro bruto consolidado da MVB, deduzido das despesas operacionais recorrentes, excluindo-se do cálculo as depreciações e amortizações, as despesas não recorrentes, acrescido de todas as receitas operacionais recorrentes, incluindo receitas oriundas de contratos de exploração de serviços financeiros e securitários estabelecidos com instituições financeiras e seguradoras. Também serão reconhecidas todas as receitas e despesas operacionais recorrentes, inclusive financeiras, das operações de crediário próprio, ao longo dos últimos 4 (quatro) trimestres cobertos pelas mais recentes demonstrações financeiras consolidadas da MVB do exercício anterior, segundo os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, sendo aceitas as informações contábeis não auditadas fornecidas pela Emissora. Será também considerado para cálculo do EBITDA: **(a)** receitas financeiras auferidas por meio da participação proporcional no Fundo Global Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, exceto se as mesmas já tiverem sido integralmente contabilizadas no balanço; e **(b)** receitas financeiras auferidas de título de rebate em eventuais operações de risco sacado, exceto se as mesmas já tiverem sido integralmente consideradas no balanço; **(iv)** “Valor Disponível para Novo Endividamento”, assim entendido como a diferença positiva entre o Endividamento Máximo e o Endividamento Real; e **(v)** “Endividamento Real” significa o endividamento total do Grupo MVB verificado através do seguinte cálculo: o somatório da dívida bruta total (empréstimos e financiamentos efetivamente devidos de curto e longo prazo, incluindo debentures) consolidada da MVB; excluídos **(a)** os valores relativos a disponibilidade de caixa, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários de qualquer natureza; **(b)** os valores relativos a contas a receber oriundas de vendas performadas de cartão de crédito, conforme verificado no último balancete mensal da MVB;[[1]](#footnote-2)
      18. descumprimento, pela Emissora e/ou por quaisquer dos Garantidores, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações MVB, não sanado no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data em que referidas obrigações deveriam ter sido cumpridas, sendo que o prazo previsto nesta alínea não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;
      19. seja proferida decisão condenatória contra a Emissora, quaisquer das Controladas e/ou quaisquer dos Garantidores, em razão da prática de atos que importem trabalho infantil, trabalho análogo ao escravo ou proveito criminoso da prostituição ou danos ao meio ambiente;
      20. a declaração de Vencimento Antecipado de apenas uma das Séries, independentemente do Evento de Vencimento Antecipado que lhe deu causa;
      21. a verificação de inadimplemento pecuniário ou não pecuniário pela Emissora, suas Controladas e/ou pelo Grupo MVB, de quaisquer obrigações assumidas sob o “Instrumento Particular de Assunção de Obrigações e Outras Avenças” celebrado entre a Emissora, a MVB, a RN, os Garantidores, os Acionistas MVB (conforme abaixo definido), os Credores RN CCBs (conforme abaixo definido) e o Grupo MVB (conforme abaixo definido), em 19 de setembro de 2017 (“Acordo de Reestruturação 2017”), incluindo, mas não se limitando a obrigação da RN de realizar aquisição das Debêntures no caso de exercício da opção de venda, conforme Cláusula Terceira do Acordo de Reestruturação 2017;
      22. inadimplemento de quaisquer obrigações pecuniárias (após transcorridos os prazos de cura previstos no respectivo contrato, se houver) a que estejam sujeitas a Emissora, qualquer das Controladas, quaisquer dos Garantidores e/ou quaisquer sociedades do Grupo MVB, assim entendidas as dívidas contraídas pela Emissora, qualquer das Controladas, por qualquer dos Garantidores e/ou por quaisquer sociedades do Grupo MVB, por meio de operações no mercado financeiro e/ou de capitais, local e/ou internacional, e que não sejam decorrentes da presente Escritura de Emissão, bem como dívidas contraídas com fornecedores e prestadores de serviços, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R$10.000.000,00 (dez milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas);
      23. **(a)** se a validade e/ou exequibilidade de quaisquer das Garantias forem objeto de questionamento judicial por qualquer terceiro; **(b)** na ocorrência da hipótese descrita na alínea (a) e caso os Debenturistas deliberem pela não declaração de vencimento antecipado, se tal questionamento posteriormente resultar na concessão de medida liminar que afete negativamente os direitos dos Debenturistas; ou **(c)** na ocorrência das hipóteses descritas nas alíneas (a) e/ou (b) e caso os Debenturistas deliberem pela não declaração de vencimento antecipado, se posteriormente for proferida sentença judicial que afete negativamente os direitos dos Debenturistas, ainda que referida sentença judicial não seja final; e
      24. declaração de vencimento antecipado de qualquer das CCBs e/ou das Debêntures RN.

# O valor a que se referem as alíneas (ii), (iii), (xvii) e (xxii) do item 4.15.2 acima será atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (“IPCA”), ou outro índice que venha a substituí-lo, e deverá ser entendido como um valor limite para cada sociedade mencionada, não se aplicando cumulativamente entre tais sociedades.

# Ocorrido qualquer Evento de Vencimento Antecipado Automático não sanado no prazo de cura, quando aplicável, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, nesse sentido, obrigando-se a Emissora a realizar, no prazo indicado no item 4.15.3.4 abaixo, o pagamento do Montante Devido Antecipadamente.

# Eventos de Vencimento Antecipado Não-Automático: Na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados neste item 4.15.3 não sanados no prazo de cura, quando aplicável, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos do item 4.15.3.1 abaixo, para deliberação pelos Debenturistas sobre a não declaração de vencimento antecipado das Debêntures, a qual ficará condicionada à entrega de notificação nesse sentido pelo Agente Fiduciário à Emissora e aos Garantidores, observado o disposto nos itens abaixo (“Eventos de Vencimento Antecipado Não-Automático”):

* + - 1. ocorrência de alteração adversa nas condições econômicas, financeiras, socioambientais ou operacionais da Emissora e/ou quaisquer das Controladas que afete a capacidade da Emissora e/ou quaisquer das Controladas, conforme o caso, de cumprir com suas obrigações financeiras;
      2. descumprimento, pela Emissora, por qualquer das Controladas e/ou por qualquer dos Garantidores, conforme o caso, de decisão administrativa cujos efeitos não sejam suspensos no prazo determinado na própria decisão, de sentença judicial transitada em julgado e/ou de decisão arbitral de natureza condenatória;
      3. desapropriação, nacionalização, confisco, arresto, sequestro, penhora de bens ou outra medida de qualquer autoridade governamental ou judiciária que implique a perda de bens de propriedade da Emissora e/ou de quaisquer das Controladas, cujo valor, individual ou agregado, em qualquer destes casos, representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do ativo permanente somado com o ativo não circulante da Emissora e/ou de quaisquer das Controladas, conforme aplicável, exceto se a Emissora comprovar em até 5 (cinco) Dias Úteis da determinação da respectiva medida, ter obtido decisão judicial suspendendo a eficácia da respectiva medida;
      4. constituição e/ou prestação, pela Emissora, por quaisquer das Controladas e/ou por quaisquer dos Garantidores, de quaisquer ônus, gravames, garantias reais, garantias e/ou qualquer outra modalidade de obrigação que limite, sob qualquer forma, a propriedade, titularidade, posse e/ou controle sobre os ativos, bens e direitos de qualquer natureza, incluindo recebíveis, de propriedade ou titularidade da Emissora, de quaisquer das Controladas e/ou de qualquer dos Garantidores, em benefício de qualquer terceiro, excetuando-se **(a)** as onerações decorrentes de obrigações legais; **(b)** as Garantias que serão prestadas no âmbito desta Emissão, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações MVB; e **(c)** as garantias prestadas no âmbito (c.1) do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 2 (duas) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, da RN Comércio Varejista S.A.; (c.2) da Cédula de Crédito Bancário nº 010816628 emitida pela RN em favor do Banco Bradesco S.A., no valor de R$37.213.900,00 (trinta e sete milhões, duzentos e treze mil e novecentos reais) (“CCB Bradesco”); (c.3) da Cédula de Crédito Bancário nº 100117040009700 emitida pela RN em favor do Itaú Unibanco S.A., no valor de R$36.544.400,00 (trinta e seis milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil e quatrocentos reais) (“CCB Itaú”); e (C.4) da Cédula de Crédito Bancário nº 000270146417 emitida pela RN em favor do Banco Santander (Brasil) S.A., no valor de R$29.241.700,00 (vinte e nove milhões, duzentos e quarenta e um mil e setecentos reais) (“CCB Santander”, e em conjunto com a CCB Bradesco e a CCB Itaú, as “CCBs”);
      5. venda ou alienação total ou parcial de bens do ativo permanente da Emissora e/ou de quaisquer das Controladas, conforme o caso, incluindo, mas não se limitando, a ações ou quotas de qualquer subsidiária da Emissora e/ou das Controladas, sem a anuência prévia e expressa de 80% (oitenta por cento) dos titulares das Debêntures em Circulação de cada uma das Séries, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, especialmente convocada para este fim, excetuando-se bens que tenham sido substituídos por novos de idêntica finalidade e preço equivalente ou maior;
      6. comprovação de que qualquer das declarações prestadas pela Emissora e/ou pelos Garantidores nesta Escritura de Emissão, no Contratos de Garantia e/ou no Contrato de Distribuição são falsas, incorretas ou enganosas ou, ainda, sejam inconsistentes ou incompletas, em qualquer caso, na data em que foram prestadas;
      7. concessão a terceiros, pela Emissora e/ou por qualquer das Controladas de mútuos, empréstimos, adiantamentos ou qualquer outra modalidade de crédito, por qualquer meio, exceto no casode adiantamento ou créditos a serem concedidos pela Emissora e/ou pelos Garantidores a seus clientes, na forma de crediários, ou a seus fornecedores, no curso ordinário de seus negócios;
      8. alteração de quaisquer termos e/ou novação dos mútuos, empréstimos, adiantamentos ou qualquer outra modalidade de crédito com partes relacionadas existentes na presente data;
      9. comprovação de que qualquer disposição desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações MVB foi revogada, rescindida, se tornou nula ou, por qualquer razão, deixou de estar válida e em vigor;
      10. resgate ou amortização de ações e/ou quotas, realização de pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra forma de remuneração aos acionistas ou sócios, conforme o caso, pela Emissora e/ou por qualquer das Controladas, exceto pela distribuição do Fluxo de Dividendos, conforme previsto no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações MVB;
      11. inobservância dos Princípios do Equador ou da legislação socioambiental, em especial, mas não se limitando, à legislação e regulamentação relacionadas à saúde e segurança ocupacional e ao meio ambiente, bem como, o incentivo, pela Emissora e/ou por quaisquer das Controladas, à prostituição ou utilização em suas atividades de mão-de-obra infantil e/ou em condição análoga à de escravo, conforme **(a)** verificado pelo proferimento de decisão administrativa ou judicial contra a Emissora e/ou quaisquer das Controladas, apontando tal inobservância ou incentivo; ou **(b)** pela inclusão da Emissora e/ou de quaisquer das Controladas, em qualquer espécie de lista oficial de empresas que descumprem regras de caráter socioambiental, desde que, em qualquer dos casos, não solucionada no prazo de 30 (trinta) Dias Úteis contados da data do respectivo proferimento ou inclusão;
      12. inclusão da Emissora e/ou de quaisquer das Controladas, quaisquer sócios ou administradores da Emissora e/ou de quaisquer das Controladas, no Cadastro de Empregadores do Ministério do Trabalho e Emprego (“MTE”) e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, instituído pela Portaria Interministerial n.º 2, de 12 de maio de 2011, relativas à manutenção de trabalhadores em condições análogas à de escravo;
      13. insolvência civil ou, em caso de falecimento de quaisquer dos Garantidores, sem que seus herdeiros necessários assumam solidariamente as obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão, em 5 (cinco) Dias Úteis contados do evento;
      14. mudança ou alteração do objeto social da Emissora e/ou qualquer das Controladas de forma a alterar as atuais atividades principais da Emissora e/ou qualquer das Controladas, ou a agregar a essas atividades novos negócios que tenham prevalência em relação às atividades atualmente desenvolvidas;
      15. rescisão ou declaração judicial de invalidade, ineficácia, inexequibilidade ou nulidade, total ou parcial, de obrigações e direitos relevantes aos Debenturistas previstos nesta Escritura de Emissão;
      16. descumprimento pela Emissora da eventual decisão dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, de veto à qualquer deliberação societária da Emissora, conforme o caso, conforme estabelecido no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações MVB (conforme definido abaixo);
      17. nomeação de novos membros e/ou substituição dos atuais membros da diretoria e/ou o conselho de administração da Emissora e/ou das Controladas, conforme o caso, na hipótese de referido membro ter sido previamente vetado por Debenturistas representando no mínimo 20% (vinte por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, observado o disposto no item 5.1, (xliii) abaixo; ou
      18. realização de registro de emissor de valores mobiliários, em qualquer categoria, pela Emissora e/ou por quaisquer Controladas, exceto pela MVB, bem como recebimento de qualquer investimento na forma de oferta pública ou colocação privada em participação ou instrumentos conversíveis em participação por parte de terceiros ou qualquer pessoa que não seja na presente data acionista da Emissora e/ou de quaisquer Controladas, exceto na MVB.

# Na ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado Não-Automático o Agente Fiduciário deverá publicar edital de convocação de Assembleia Geral de Debenturistas de cada uma das Séries, conforme previsto na Cláusula Sétima abaixo, no prazo de 3 (três) Dias Úteis a contar da data em que tomar ciência do Evento de Vencimento Antecipado Não-Automático ou for assim informado por quaisquer dos Debenturistas ou pela Emissora, para deliberar sobre a eventual não decretação de Vencimento Antecipado.

# Na Assembleia Geral de Debenturistas de cada uma das Séries mencionada no item 4.15.3.1 acima, que será instalada observado o quórum previsto na Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão, os Debenturistas da respectiva Série poderão optar, por deliberação de Debenturistas que representem, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva Série, em primeira convocação ou em segunda convocação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures, hipótese na qual o Agente Fiduciário não declarará o Vencimento Antecipado.

# Na hipótese (a) de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.15.3.1 acima por falta de quórum, mesmo após segunda convocação, ou (b) de não ser alcançado o quórum mínimo para deliberação acerca da não declaração de Vencimento Antecipado, conforme estabelecido no item 4.15.3.2 acima, o Agente Fiduciário deverá declarar o Vencimento Antecipado, mediante imediato envio de notificação à Emissora e aos Garantidores neste sentido.

# Em caso de declaração de Vencimento Antecipado, nos termos dos itens 4.15.2 e 4.15.3.3 acima, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Montante Devido Antecipadamente, fora do âmbito da B3, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados (i) da ocorrência do respectivo Evento de Vencimento Antecipado Automático, ou (ii) no caso de um Evento de Vencimento Antecipado Não-Automático (a) do recebimento de notificação enviada pelo Agente Fiduciário neste sentido, ou (b) da data da realização da Assembleia Geral de Debenturistas.

# Caso seja declarado o vencimento antecipado, as Partes se comprometem a comunicar o vencimento antecipado imediatamente a B3.

# Multa e Juros Moratórios

# Ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora e/ou pelos Garantidores de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora e/ou pelos Debenturistas ficarão sujeitos, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (a) a multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento); e (b) a juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento (“Encargos Moratórios”).

# Atraso no Recebimento dos Pagamentos

# Sem prejuízo do disposto no item 4.16 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração e/ou Encargos Moratórios a partir da data em que o valor correspondente seja disponibilizado pela Emissora ao Debenturista, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo pagamento.

# Garantias

# A fim de garantir o integral, fiel e pontual pagamento e cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, presentes ou futuras, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora, perante os Debenturistas, o que inclui, principalmente, mas não se limita, ao pagamento das Debêntures, abrangendo a sua amortização, Remuneração, bem como todos e quaisquer outros pagamentos devidos pela Emissora, incluindo o pagamento dos custos, comissões, encargos e despesas da Emissão e a totalidade das obrigações acessórias, tais como, mas não se limitando, Encargos Moratórios, multas, penalidades, despesas, custas, honorários arbitrados em juízo, comissões e demais encargos contratuais e legais previstos, bem como a remuneração do Agente Fiduciário, dos Bancos Depositários (conforme abaixo definido), do Escriturador e do Banco Liquidante e todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda dos direitos e prerrogativas dos Debenturistas decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão (“Obrigações Garantidas”) serão constituídas as Fianças, a Cessão Fiduciária de Dividendos e a Alienação Fiduciária de Ações MVB (referidas em conjunto como “Garantias”).

# *Fianças dos Garantidores*. Como garantia do fiel, integral e pontual pagamento de todas as Obrigações Garantidas, (a) o Sr. Ricardo presta, neste ato, com a expressa anuência do Cônjuge Anuente, que assina a presente Escritura de Emissão, exclusivamente para tal finalidade, fiança em favor dos Debenturistas (“Fiança Ricardo”), representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se como fiador e principal pagador, solidariamente responsável e principal pagador com a Emissora, pelo pagamento de 100% (cem por cento) do valor total das Obrigações Garantidas e de todos os demais valores devidos nos termos desta Escritura de Emissão, até o pagamento integral e final das Obrigações Garantidas, nas condições previstas a seguir; e (b) o Sr. Luiz presta, neste ato, fiança em favor dos Debenturistas (“Fiança Luiz” e, em conjunto com Fiança Ricardo, “Fianças”) representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se como fiador e principal pagador, solidariamente responsável e principal pagador com a Emissora, pelo pagamento de 100% (cem por cento) do valor total das Obrigações Garantidas e de todos os demais valores devidos nos termos desta Escritura de Emissão, até o pagamento integral e final das Obrigações Garantidas, nas condições previstas a seguir.

# Os Garantidores obrigam-se a pagar as Obrigações Garantidas imediatamente após o descumprimento de qualquer Obrigação Garantida, observado os eventuais prazos de cura aplicáveis, independentemente do recebimento de qualquer notificação ou comunicação.

# O pagamento das Obrigações Garantidas pelos Garantidores, nos prazos estabelecidos no item 4.18.2.1 acima, deverá ser realizado pelos Garantidores fora do âmbito da B3 e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário e com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão.

# Os Garantidores expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 277, 333, parágrafo único, 366, 821, 824, 827, 829, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839, do Código Civil, e nos artigos 130, 131 e 794 da Lei n.º 13.105 de 16 de março de 2015, conforme alterada (“Código de Processo Civil”). Todo e qualquer pagamento realizado pelos Garantidores em relação às Fianças ora prestadas serão efetuados livres e líquidos, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais.

# Os Garantidores sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, as Fianças objeto deste item, sendo certo que os Garantidores somente poderão realizar a cobrança de qualquer valor que lhe seja devido pela Emissora após o pagamento integral das Obrigações Garantidas.

# Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pelos Garantidores com o objetivo de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

# Cabe ao Agente Fiduciário requerer a execução, judicial ou extrajudicial, das Fianças, se assim deliberado pelos Debenturistas, conforme função que lhe é atribuída, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão, quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação das Obrigações Garantidas.

# Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução das Fianças prestadas em favor dos Debenturistas não ensejará, sob qualquer hipótese, a perda de qualquer direito ou faculdade previsto nesta Escritura de Emissão.

# Alienações Fiduciárias de Ações MVB. Conforme estabelecido no “Terceiro Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Holding e Outras Avenças”, celebrado a ser celebrado entre o Sr. Ricardo, a Unin Participações S.A. (“Unin”), a Máquina de Vendas Brasil Holding S.A. (“MVB Holding”), a Centro Norte Participações S.A. (“Centro Norte”) e a ESCA Participações Ltda. (“Esca”) (em conjunto “Acionistas MVB”), o Agente Fiduciário, na qualidade de agente fiduciário da presente Emissão e da emissão das Debêntures RN, o Banco Bradesco S.A., o Itaú Unibanco S.A., o Banco Santander (Brasil) S.A., na qualidade de credores da RN no âmbito das CCBs (“Credores RN CCBs”), a Oliveira Trust Servicer S.A., representando os interesses dos Credores RN CCBs (“Agente Administrativo”) e, na qualidade de intervenientes anuentes, a RN, a MVB e a Emissora (“Contrato de Alienação Fiduciária de Ações MVB”), os Acionistas MVB alienaram fiduciariamente, de forma irrevogável e irretratável, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta, aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições, nos termos do artigo 40 da Lei das Sociedades por Ações, do artigo 66-B da Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965 (“Lei 4.728”), com a nova redação dada pelo artigo 55 da Lei n.º 10.931, de 2 de agosto de 2004, conforme alterada (“Lei 10.931”) e dos artigos 18 a 20 da Lei n.º 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada (“Lei 9.514”) e, no que for aplicável, dos artigos 1.361 e seguintes do Código Civil, bem como demais disposições legais aplicáveis (“Alienação Fiduciária de Ações MVB”) (i) a totalidade das ações presentes ou futuras de emissão da MVB de titularidade dos Acionistas MVB, sendo: (a) (a.1) 18.308.084 (dezoito milhões, trezentos e oito mil e oitenta e quatro) ações ordinárias representativas do capital social da MVB; (a.2) 24.886.662 (vinte e quatro milhões, oitocentos e oitenta e seis mil e seiscentas e sessenta e duas) ações preferenciais representativas do capital social da MVB, todas de titularidade do Sr. Ricardo (em conjunto, “Ações Ricardo”); (b) (b.1) 23.372.798 (vinte e três milhões, trezentas e setenta e duas mil, setecentos e noventa e oito) ações ordinárias representativas do capital social da MVB; e (b.2) 29.976.220 (vinte e nove milhões, novecentos e setenta e seis mil, duzentos e vinte) ações preferenciais representativas do capital social da MVB, todas de titularidade da Unin Participações S.A. (em conjunto, “Ações Unin”); (c) (c.1) 6.575.655 (seis milhões quinhentos e setenta e cinco mil seiscentos e cinquenta e cinco) ações ordinárias representativas do capital social da MVB; (c.2) 6.575.654 (seis milhões quinhentos e setenta e cinco mil seiscentos e cinquenta e quatro) ações preferenciais representativas do capital social da MVB, todas de titularidade da Esca Participações Ltda. (em conjunto, “Ações Esca”); (d) (d.1.) 6.509.898 (seis milhões, quinhentos e nove mil, oitocentas e noventa e oito) ações ordinárias representativas do capital social da MVB; e (d.2.) 6.509.898 (seis milhões, quinhentos e nove mil, oitocentas e noventa e oito) ações preferenciais representativas do capital social da MVB, todas de titularidade da Centro Norte Participações S.A. (“Ações Centro Norte”); e (e) 13.181.995 (treze milhões, cento e oitenta e uma mil, novecentas e noventa e cinco) ações ordinárias representativas do capital social da MVB, todas de titularidade da Máquina de Vendas Brasil Holding S.A. (“Ações MVB Holding” e, em conjunto com Ações Ricardo, Ações Unin, Ações Esca e Ações Centro Norte, “Ações Alienadas Fiduciariamente MVB”); (ii) quaisquer bens em que as Ações Alienadas Fiduciariamente MVB sejam convertidas, substituídas ou passem a ser representadas (inclusive quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários); (iii) todas as ações de emissão da MVB que porventura, a partir da data de assinatura do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações MVB, sejam atribuídas, recebidas, conferidas e/ou adquiridas pelos Acionistas MVB (direta ou indiretamente), ou seus eventuais sucessores legais, incluindo, mas não se limitando, em razão de consolidação, fusão, cisão, incorporação, permuta, substituição, divisão ou reorganização societária da MVB, inclusive decorrentes de desmembramentos, grupamentos, bonificação, capitalização de lucros, reservas ou exercício de direito de preferência das Ações Alienadas Fiduciariamente MVB, sendo certo que os Acionistas MVB poderão ceder o direito de preferência para a Emissora para fins do Aumento de Capital MVB; e (iv) o direito de subscrição de novas ações representativas do capital social da MVB, bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias, certificados, títulos ou outros valores mobiliários representativos de, ou conversíveis em, ações, relacionados à participação acionária dos Acionistas MVB na MVB, bem como direitos de preferência e opções de titularidade dos Acionistas MVB na MVB, subscritos, adquiridos ou atualmente de titularidade de qualquer dos Acionistas MVB, na proporção das Ações Alienadas Fiduciariamente MVB.

# Compartilhamento da Alienação Fiduciária de Ações: A Alienação Fiduciária de Ações MVB é outorgada em benefício conjunto dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, os debenturistas das Debêntures RN, representados pelo Agente Fiduciário das Debêntures RN, e os Credores RN CCBs, e serão compartilhadas nos mesmos termos, pari passu e em mesmo grau de senioridade, proporcionalmente ao saldo devedor com os debenturistas das Debêntures RN, os Debenturistas e os Credores RN CCBs, observada a seguinte ordem de preferência de recebimento no caso de excussão: (i) os Credores RN CCBs; (ii) os Debenturistas das Debêntures RN; e (iii) os Debenturistas (“Compartilhamento das Garantias”). Os demais termos e condições do Compartilhamento das Garantias encontram-se expressamente previstos nos termos do “Primeiro Aditamento ao Acordo de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças”.

# *Cessão Fiduciária de Dividendos*. Conforme estabelecido no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações MVB, a MVB e os Acionistas MVB cede(m) e transfere(m), de forma irrevogável e irretratável, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta, exclusivamente aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições, nos termos do artigo 66-B da Lei 4.728, com a nova redação dada pelo artigo 55 da Lei 10.931 e dos artigos 18 a 20 da Lei 9.514 e, no que for aplicável, dos artigos 1.361 e seguintes do Código Civil, bem como das demais disposições legais aplicáveis (“Cessão Fiduciária de Dividendos”), os seguintes bens e direitos: (i) todos os direitos, atuais e futuros de titularidade da MVB e dos Acionistas MVB, ao recebimento de dividendos, lucros, frutos, rendimentos, bonificações, direitos, juros sobre capital próprio, distribuições e demais valores recebidos ou a serem recebidos ou de qualquer outra forma distribuídos pela RN à MVB, e por este aos Acionistas MVB, assim como todas as outras quantias pagas ou a serem pagas em decorrência de, ou relacionadas a, quaisquer das Ações Alienadas Fiduciariamente MVB (“Fluxo de Dividendos”); (ii) o produto resultante do recebimento das quantias decorrentes do Fluxo de Dividendos, conforme descritos no item (i) acima; e (iii) todos e quaisquer direitos, atuais e/ou futuros, detidos e a serem detidos pela MVB e pelos Acionistas MVB contra o Banco Bradesco S.A., na qualidade de banco depositário (“Banco Depositário”), a qualquer tempo nas contas vinculadas de titularidade da MVB e das Acionistas MVB (“Contas Dividendos”) e os montantes nelas depositadas ou a serem depositadas, independente da fase em que se encontrem, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária, bem como todos e quaisquer frutos e rendimentos decorrentes dos investimentos permitidos realizados com os valores depositados ou que venham a ser depositados nas Contas Dividendos.

# Quando da conclusão da Reorganização Societária Grupo MVB, a Emissora tomará todas as medidas necessárias para aprovar a outorga das Garantias que venham a ser de sua titularidade e aditar o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações MVB para formalizar a Alienação Fiduciária de Ações MVB e a Cessão Fiduciária de Dividendos conforme outorgados pela Emissora.

# Nos termos da Cláusula 6.5 e seguintes do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações MVB, os Acionistas MVB e a MVB renunciam, até a liquidação integral das Obrigações Garantidas, pelo Contrato de Alienação Fiduciária de Ações MVB, em favor do Agente Fiduciário e demais credores, a qualquer privilégio legal que possa afetar a livre e integral exequibilidade, transferência ou exercício de quaisquer direitos dos Credores nos termos da Alienação Fiduciária de Ações MVB.

# A Alienação Fiduciária de Ações MVB e a Cessão Fiduciária de Dividendos (conforme abaixo definido), outorgadas em favor dos Debenturistas representados pelo Agente Fiduciário, foram aprovadas pela (a) MVB Holding em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de outubro de 2017, cuja ata será registrada na JUCESP e publicada no Diário Oficial da União e no jornal “Gazeta de São Paulo”; e (b) Esca em Reunião Extraordinária de Sócios realizada em 25 de outubro de 2017, cuja ata será registrada na JUCESP.

# Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução das Garantias constituídas em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese alguma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

# Forma e Local de Pagamento

# Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento utilizando-se os procedimentos adotados pela B3, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na B3. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à B3 terão os seus pagamentos realizados pelo Escriturador das Debêntures ou na sede da Emissora, se for o caso.

# Prorrogação dos Prazos

# Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com feriado declarado nacional, sábado, domingo ou dia em que não exista expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo. Para os fins desta Escritura de Emissão, “Dia Útil” ou “Dias Úteis” significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

# Publicidade

# Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão e da Oferta Restrita que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser veiculados no Diário Oficial do Estado da União e no jornal “Gazeta de São Paulo”, bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores – internet. A publicação do referido aviso aos Debenturistas poderá ser substituída por correspondência registrada entregue a todos os Debenturistas e ao Agente Fiduciário, sendo certo que, caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo e publicar, nos jornais anteriormente utilizados, aviso aos Debenturistas informando o novo veículo.

# Aquisição Facultativa

# Nos termos do artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, é facultado à Emissora adquirir Debêntures de uma ou todas as Séries, conforme o caso, de sua emissão: (a) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário, desde que tal fato conste do relatório da administração e de suas demonstrações financeiras; ou (b) por valor superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observe as regras expedidas pela CVM vigentes à época. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em Circulação.

# CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DOS GARANTIDORES

# Sem prejuízo do disposto na regulamentação aplicável, a Emissora está obrigada a:

* + - 1. fornecer ao Agente Fiduciário:
         1. (*1*) com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, dentro de, no máximo 90 (noventa) dias contados do término do referido exercício social, (*A*) cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas, bem como da MVB e da RN relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes e (*B*) declaração assinada por representante legal da Emissora com poderes para tanto atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes da Emissão; e (*2*) dentro de, no máximo 90 (noventa) dias contados do término de cada exercício social subsequente (*A*) cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas, da MVB e da RN relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes; e (*B*) declaração assinada por representante legal da Emissora com poderes para tanto atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes da Emissão;
         2. no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis, qualquer informação relevante que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário com relação a si ou aos Garantidores ou, ainda, de interesse dos Debenturistas;
         3. no prazo máximo de 7 (sete) Dias Úteis contatos da implementação da Reorganização Societária Grupo MVB, o Laudo de Avaliação;
         4. avisos aos titulares de Debêntures, de fatos relevantes, conforme definidos na Instrução da CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 358”), assim como atas de assembleias gerais da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que forem publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
         5. informações sobre qualquer descumprimento, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações MVB, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis, contados da data do respectivo descumprimento;
         6. na mesma data de sua publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.21 acima;
         7. cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora ou pelos Garantidores que possam afetar materialmente os negócios, a situação financeira e o resultado das operações da Emissora e/ou dos Garantidores, conforme caso;
         8. até o último dia útil do mês subsequente, o balancete mensal referente ao mês imediatamente anterior;
         9. em até 3 dias da solicitação pelo Agente Fiduciário, qualquer informação necessária para o cálculo do Endividamento Máximo, conforme previsto na Cláusula 4.15.2, item (xvii), com base nas informações contábeis do último mês encerrado;
         10. uma vez concluída a Reorganização Societária do Grupo MVB, novo laudo de avaliação das ações de emissão da MVB;
         11. a ocorrência de qualquer evento que enseje a distribuição do Fluxo de Dividendos pela RN e MVB, conforme o caso; e
         12. todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário.
      2. manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, os Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
      3. atender, em no máximo 5 (cinco) Dias Úteis, às solicitações fundamentadas do Agente Fiduciário que possam interessar ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, exceto pelas solicitações decorrentes das obrigações previstas na da Instrução CVM n.º 583, de 20 de dezembro de 2016, conforme alterada (“Instrução CVM 583”), as quais deverão ser tempestivamente atendidas, independentemente de notificação, observados os termos da presente Escritura de Emissão e as limitações legais e regulamentares a que está sujeita a Emissora;
      4. manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou do auditor independente por este contratado, às expensas da Emissora) tenham acesso, em base razoável: **(a)** ao relatório do auditor independente entregue à Emissora referente as suas demonstrações financeiras consolidadas; e **(b)** aos livros e aos demais registros contábeis da Emissora;
      5. manter válidas e regulares as licenças, concessões, autorizações ou aprovações necessárias ao regular funcionamento da Emissora, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
      6. cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
      7. cumprir todas as determinações da CVM e da B3, inclusive mediante envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
      8. guardar, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da data de assinatura desta Escritura de Emissão, toda a documentação relativa à Emissão;
      9. não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
      10. notificar o Agente Fiduciário sobre a ocorrência de quaisquer Eventos de Vencimento Antecipado previstos no item 4.15 acima e seguintes desta Escritura de Emissão em até 1 (um) Dia Útil que tomar conhecimento de sua ocorrência;
      11. notificar o Agente Fiduciário em até 1 (um) Dia Útil após a deliberação ou após tomar conhecimento, conforme o caso, sobre quaisquer eventos ou situações que afetem negativamente de forma relevante, impossibilitem ou dificultem de forma justificada o cumprimento, pela Emissora e/ou por qualquer dos Garantidores, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações MVB;
      12. notificar o Agente Fiduciário sobre a instauração de qualquer processo judicial, administrativo ou arbitral que afete ou possa afetar adversamente a Emissora, qualquer das Controladas e/ou qualquer dos Garantidores e seus ativos, ou a capacidade da Emissora e/ou qualquer dos Garantidores de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações MVB, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis após tomar conhecimento do respectivo processo; e fornecer ao Agente Fiduciário, sempre que por ele solicitado, informações acerca do andamento atualizado dos processos judiciais, administrativos e procedimentos arbitrais dos quais a Emissora figure como parte;
      13. notificar o Agente Fiduciário, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de sua ocorrência, sobre qualquer alteração nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora, qualquer das Controladas e/ou qualquer dos Garantidores, bem como quaisquer eventos ou situações que: **(a)** possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar de forma justificada o cumprimento, pela Emissora e/ou pelos Garantidores, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações MVB; ou **(b)** faça com que as demonstrações financeiras da Emissora não mais reflitam a real condição financeira da Emissora, qualquer das Controladas e/ou qualquer dos Garantidores;
      14. notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer condenação em decisão judicial, administrativa ou arbitral, que afete adversamente, de forma relevante a condição financeira da Emissora e/ou de qualquer dos Garantidores, no prazo de até 2 (dois) dias após a data em que a Emissora tomar conhecimento da respectiva decisão;
      15. cumprir com suas obrigações relacionadas ao pagamento de todos os tributos, taxas e/ou contribuições, incluindo, mas não se limitando àqueles decorrentes da Oferta Restrita, exceto na hipótese de serem contestados de boa fé e desde que, neste caso, sejam provisionados de acordo com os princípios contábeis aplicáveis ou, no caso de descumprimento dessas obrigações, providenciar a regularização e o cumprimento no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis;
      16. não subordinar a dívida representada pelas Debêntures a qualquer outra dívida da Emissora, exceto aquela cuja preferência decorra de imposição legal ou de obrigação contratual contraída pela Emissora em data anterior a da presente Emissão;
      17. observar e cumprir a Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada (“Lei 12.846/13”), o Decreto n.º 8.420, de 18 de março de 2015, conforme alterado (“Decreto 8.420/15”) e demais leis aplicáveis relacionadas à prática de corrupção e atos lesivos à administração pública e ao patrimônio público nacional, assim como, desde que aplicável, a *U.S Foreign Corrupt Practice Act of 1977* (em conjunto, as “Leis Anticorrupção”), devendo **(a)** manter políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento das Leis Anticorrupção; **(b)** abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional ou estrangeira, conforme aplicável, no interesse ou para seu benefício e/ou de suas afiliadas; **(c)** informar, imediatamente, por escrito, ao Agente Fiduciário, detalhes de qualquer violação às Leis Anticorrupção; e **(d)** realizar eventuais pagamentos devidos no âmbito deste instrumento exclusivamente por meio de transferência bancária;
      18. não utilizar, de forma direta ou indireta, os recursos disponibilizados em razão desta Emissão para a prática de ato previsto nas Leis Anticorrupção;
      19. não praticar qualquer ato em desacordo com o estatuto social, com esta Escritura de Emissão e com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações MVB, em especial os que comprometam o pontual e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas perante os Debenturistas;
      20. cumprir todas as obrigações principais e acessórias assumidas nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações MVB, inclusive no que tange à destinação dos Recursos da Integralização captados por meio da Emissão;
      21. efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na B3;
      22. prestar informações ao Agente Fiduciário, dentro do prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados do respectivo recebimento, sobre quaisquer autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, em relação à Emissora, qualquer das Controladas e/ou qualquer dos Garantidores, que **(a)** independentemente do valor, afetem a Emissora, qualquer das Controladas e/ou qualquer dos Garantidores ou a capacidade da Emissora, qualquer das Controladas e/ou qualquer dos Garantidores de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e dos Contatos de Garantia; ou **(b)** sejam de valor individual superior a R$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
      23. manter contratados, durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante, o Escriturador, o Banco Depositário, o Agente Fiduciário e os sistemas de negociação MDA e CETIP21;
      24. manter contratadas, durante o prazo de vigência das Debêntures, apólices de seguro, conforme as boas práticas adotadas por empresas de seu setor de atuação;
      25. efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;
      26. disponibilizar ao Agente Fiduciário cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora, conforme aplicável, relacionada aos Eventos de Vencimento Antecipado, em prazo não superior a 2 (dois) Dias Úteis após o seu recebimento;
      27. manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias prestadas nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações MVB e no Contrato de Distribuição, no que for aplicável;
      28. não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme a Cláusula Sétima abaixo, especialmente convocada para esse fim;
      29. não constituir, em favor de terceiros, garantias sobre os direitos creditórios cedidos no âmbito da Cessão Fiduciária de Dividendos;
      30. uma vez formalizadas e constituídas, manter sempre válidas e exigíveis as Garantias;
      31. praticar todos e quaisquer atos e assinar quaisquer documentos que sejam necessários para a manutenção das Garantias, obrigando-se, inclusive, mas não somente, a defender, de forma tempestiva e eficaz, todos os direitos dos Debenturistas sobre as Garantias, incluindo no âmbito de quaisquer processos administrativos ou judiciais que venham a ser propostos por terceiros e que possam, de qualquer forma, afetar de maneira adversa as Garantias;
      32. não praticar e instruir seus administradores e empregados a não praticar atos de corrupção ativa ou passiva com representantes de órgãos e repartições públicas ou com representantes de pessoas jurídicas privadas afim de obter vantagem indevida ou enriquecimento ilícito;
      33. não contratar quaisquer mútuos ou operações de crédito com seus acionistas, respectivos controladores e demais partes relacionadas;
      34. cumprir com o disposto na legislação ambiental e trabalhista e de saúde e segurança do trabalho em vigor, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos causados ao meio ambiente decorrentes das atividades descritas em seu objeto social e a seus trabalhadores, bem como a proceder a todas as diligências exigidas para suas atividade econômicas, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais, trabalhistas e de saúde e segurança do trabalho em vigor;
      35. cumprir com o disposto na legislação que trata do combate à discriminação de raça ou de gênero, assédio moral ou sexual, exceto na medida em que eventual descumprimento esteja sendo contestado de boa-fé ou negociado com os órgãos competentes, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos causados, bem como a proceder a todas as diligências exigidas e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas que tratam do combate à discriminação de raça ou de gênero, assédio moral ou sexual;
      36. não contratar fornecedores e prestadores de serviços que sob sua orientação ou em seu favor realizem quaisquer atividades para a Emissora e que, no seu conhecimento, estejam em descumprimento com a legislação socioambiental brasileira aplicável, assim como a legislação relativa à saúde e segurança do trabalho definidas nas normas regulamentares do MTE;
      37. informar prontamente ao Agente Fiduciário, por escrito, **(a)** em até 15 (quinze) dias corridos, o recebimento de qualquer comunicação ou evento que possa levar os órgãos competentes a considerar descumprida qualquer norma de proteção ambiental; e **(b)** em até 10 (dez) dias corridos, o recebimento de qualquer notificação que acarrete o dever de indenização em razão de qualquer dano ambiental;
      38. adotar medidas preventivas para o atendimento da legislação trabalhista vigente, especialmente em relação **(a)** às restrições do trabalho noturno, insalubre e perigoso, e **(b)** à não utilização de trabalho ilegal ou discriminatório, inclusive, mas não se limitando, trabalho análogo ao de escravo e trabalho de crianças e de adolescentes menores de 18 (dezoito) anos de idade, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos de idade, e implementar seus melhores esforços junto aos seus respectivos fornecedores de produtos e serviços, a fim de que esses também assim se comprometam;
      39. indenizar, de forma irrevogável e irretratável, os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da falta de veracidade, consistência, qualidade e suficiência de quaisquer das suas declarações prestadas na presente Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações MVB com base na data em que foram prestadas;
      40. caso haja Valor Disponível para Novo Endividamento, tomar todas as medidas necessárias para aprovar a contratação de novo financiamento, em montante igual ou inferior ao Valor Disponível para Novo Endividamento, por meio da emissão de cédula de crédito bancário, ou outro instrumento equivalente, junto a instituições financeiras de primeira linha, que observarão, *mutatis mutantis*, os termos e condições das CCBs existentes, bem como tomar todas as medidas necessárias para que a RN cumpra com suas obrigações referentes à opção de venda das Debêntures, conforme previsto na Cláusula Terceira do Acordo de Reestruturação 2017;
      41. obriga-se a cumprir e fazer com que as suas Controladas e/ou as demais sociedade do Grupo MVB cumpram tempestivamente e em sua integralidade com todas as obrigações assumidas no âmbito do Acordo de Reestruturação 2017;
      42. notificar prontamente o Agente Fiduciário da convocação, pela Emissora, de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas, em até 1 (um) Dia Útil contado da data da respectiva convocação;
      43. notificar o Agente Fiduciário informando, com no mínimo 15 (quinze) Dias Úteis de antecedência, da realização de assembleia geral de acionistas, reunião do conselho de administração ou reunião de sócios da Emissora e/ou das Controladas, conforme aplicável, que tenha como matéria a ser deliberada a eleição de novos membros e/ou substituição dos atuais membros da diretoria e/ou o conselho de administração da Emissora e/ou das Controladas;
      44. convocar prontamente, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que a Emissora entenda que sejam do interesse dos Debenturistas, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura, mas não o faça no prazo aplicável;
      45. comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;
      46. atender integralmente às obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, incluindo, mas sem qualquer limitação:
          1. preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício da Emissora e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;
          2. submeter suas demonstrações financeiras consolidadas de encerramento de exercício à auditoria, por auditor registrado na CVM e encaminhar tais informações ao Agente Fiduciário na data da respectiva publicação;
          3. divulgar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores;
          4. manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
          5. observar as disposições da Instrução CVM 358 no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação; e
          6. divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário;
      47. não divulgar informações referentes à Emissora, à Oferta Restrita ou às Debêntures, em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”);
      48. abster-se de negociar valores mobiliários de sua emissão, até o envio da comunicação de encerramento da Oferta Restrita (“Comunicação de Encerramento”), salvo nas hipóteses previstas no inciso II do artigo 48 da Instrução CVM 400; e
      49. abster-se, até o envio da Comunicação de Encerramento à CVM, de **(a)** revelar informações relativas à Oferta Restrita, exceto o que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida e **(b)** utilizar as informações referentes à Oferta Restrita, exceto para fins estritamente relacionados com a sua preparação.

# Cada Garantidor está adicionalmente obrigado a:

* + - 1. no prazo de até 02 (dois) Dias Úteis contado da data de seu recebimento, encaminhar ao Agente Fiduciário cópia de qualquer correspondência ou notificação, judicial ou extrajudicial recebida relacionada a um Evento de Vencimento Antecipado;
      2. no prazo de até 02 (dois) Dias Úteis contado da data de ciência, informar o Agente Fiduciário a respeito da ocorrência de qualquer evento que, direta ou indiretamente, comprometa o pontual e integral cumprimento de qualquer de suas obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão;
      3. atender, em no máximo 5 (cinco) Dias Úteis, às solicitações fundamentadas do Agente Fiduciário que possam interessar ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, exceto pelas solicitações decorrentes das obrigações previstas na Instrução CVM 583, as quais deverão ser tempestivamente atendidas, independentemente de notificação, observados os termos da presente Escritura de Emissão e as limitações legais a que está sujeito;
      4. comparecer, por meio de seus representantes, às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;
      5. notificar o Agente Fiduciário sobre a ocorrência de quaisquer Eventos de Vencimento Antecipado previstos no item 4.15 e seguintes desta Escritura de Emissão em até 1 (um) Dia Útil que tomar conhecimento de sua ocorrência;
      6. notificar o Agente Fiduciário, em até 1 (um) Dia Útil após a deliberação ou após tomar conhecimento, conforme o caso, sobre quaisquer eventos ou situações que afetem negativamente de forma relevante, impossibilitem ou dificultem de forma justificada o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures;
      7. notificar o Agente Fiduciário sobre a instauração de qualquer processo judicial, administrativo ou arbitral que afete ou possa afetar adversamente, de forma relevante, o respectivo Garantidor e seus ativos, ou sua capacidade de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis após tomar conhecimento do respectivo processo; e fornecer ao Agente Fiduciário, sempre que por ele solicitado, informações acerca do andamento atualizado dos processos judiciais, administrativos e procedimentos arbitrais dos quais figure como parte;
      8. notificar o Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dia Útil contado da data de sua ocorrência, sobre qualquer alteração nas condições financeiras, ou econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora, bem como quaisquer eventos ou situações que possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar de forma justificada o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures;
      9. notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer condenação em decisão transitada em julgado decorrente de processo judicial, decisão final administrativa ou decisão final de procedimento arbitral, que afete o respectivo Garantidor ou sua capacidade de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de até 2 (dois) dias corridos após a data em que a Emissora tomar conhecimento do trânsito em julgado do respectivo processo;
      10. não praticar qualquer ato em desacordo com esta Escritura de Emissão, em especial os que comprometam o pontual e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas perante os Debenturistas;
      11. cumprir todas as obrigações principais e acessórias assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
      12. prestar informações ao Agente Fiduciário, dentro do prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados do respectivo recebimento, sobre quaisquer autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, em relação ao Garantidor, de valor individual superior a R$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
      13. manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;
      14. não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme a Cláusula Sétima abaixo, especialmente convocada para esse fim;
      15. não praticar atos de corrupção ativa ou passiva com representantes de órgãos e repartições públicas ou com representantes de pessoas jurídicas privadas afim de obter vantagem indevida ou enriquecimento ilícito;
      16. sempre que solicitado, prestar informações aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da respectiva solicitação, sobre qualquer autuação realizada por autoridades governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa de concorrência, entre outras;
      17. não divulgar informações referentes à Emissora, à Oferta Restrita ou às Debêntures, em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução CVM 400; e
      18. abster-se, até o envio da Comunicação de Encerramento à CVM, de **(a)** revelar informações relativas à Oferta Restrita, exceto o que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida e **(b)** utilizar as informações referentes à Oferta Restrita, exceto para fins estritamente relacionados com a sua preparação.

# CLÁUSULA SEXTA – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

# A Emissora nomeia e constitui como Agente Fiduciário da Emissão, a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., acima qualificada, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos Debenturistas.

# O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

* + - 1. aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
      2. aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas Cláusulas e condições;
      3. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
      4. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
      5. não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
      6. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 5 da Instrução CVM 583;
      7. está devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável e vigente;
      8. não tem qualquer ligação com a Emissora ou com os Garantidores que o impeça de exercer suas funções;
      9. está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
      10. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, bem como a regularidade das Garantias, nos termos do artigo 11 da Instrução CVM 583; o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente quanto à veracidade das informações ora apresentadas;
      11. a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura de Emissão tem poderes bastante para tanto;
      12. que esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida, eficaz e vinculativa do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 784 do Código de Processo Civil;
      13. na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, as Garantias não são suficientes para arcar com eventual inadimplemento da Emissora, posto que não equivalem a 100% (cem por cento) do Valor Total da Emissão na Data de Emissão, não havendo previsão de que atinjam 100% (cem por cento) do volume da Emissão durante sua vigência; e
      14. que, com base no organograma disponibilizado pela Emissora, para fins do disposto no Anexo 15, art. 1º, XI, da Instrução CVM 583, também exerce a função de agente fiduciário na 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 séries, da espécie com garantia real consubstanciada por (i) cessão fiduciária de cartão de crédito, (ii) cessão fiduciária de recebíveis, (iii)alienação fiduciária de ações e quotas, (v) penhor das marcas Ricardo Eletro, Insinuante, Salfer, Eletro Shopping e City Lar. Adicionalmente, a emissão conta com garantiafidejussória prestada pela da RN Comércio Varejista S.A. A referida emissão possui volume de R$ 1.416.475.000,00 na data de emissão. Foram emitidas 1.416.475 debêntures com vencimento final em 29 de novembro de 2022. A taxa de juros da primeira série é de 130% do CDI, e a taxa de juros da segunda série é de 120% do CDI. Até a presente data não ocorreram inadimplementos das debêntures.

# O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até as respectivas Datas de Vencimento ou até sua efetiva substituição ou, caso ainda restem obrigações inadimplidas da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão após as respectivas Datas de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão sejam integralmente cumpridas.

# Serão devidas pela Emissora ao Agente Fiduciário, honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura de Emissão, correspondentes a uma remuneração anual de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), sendo a primeira parcela devida 5 (cinco) dias após a data de celebração desta Escritura de Emissão, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes. (“Remuneração do Agente Fiduciário”). A Remuneração do Agente Fiduciário será devida anualmente até a liquidação integral das Obrigações Garantidas, caso estas não sejam quitadas na data de seu vencimento

# A remuneração disposta acima não inclui as eventuais despesas com publicações, taxas, emolumentos, autenticações de documentos, despachantes para obtenção de certidões, registros, transporte, alimentação, viagens e hospedagens, entre outras, que se fizerem necessárias para a prestação dos serviços, a serem cobertas pela Emissora.

# As remunerações serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário permaneça atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora, e não incluem o pagamento de honorários de terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros.

# No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a emissão ou da participação em reuniões ou conferências telefônicas, antes ou depois da Emissão, bem como atendimento à solicitações extraordinárias, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais fatos bem como à (a) comentários aos documentos da Emissão durante a estruturação da mesma, caso a emissão não venha a se efetivar; (b) execução das garantias; (c) participação em reuniões formais ou virtuais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (d) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados a alteração (a) das Garantias; (b) prazos de pagamento; e (c) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados a amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures.

# No caso de celebração de aditamentos a Escritura de Emissão, bem como nas horas externas ao escritório do Agente Fiduciário, serão cobradas, adicionalmente, o valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações/serviços.

# As parcelas descritas nos itens 6.4, 6.4.3 e 6.4.4 acima serão atualizadas pelo IPCA, a partir da Data de Emissão.

# Os impostos incidentes sobre a Remuneração do Agente Fiduciário serão acrescidos as parcelas nas datas de pagamento.

# No caso de eventuais obrigações adicionais ao Agente Fiduciário, ou no caso de alteração nas características da emissão, ficará facultada a revisão dos honorários da presente proposta.

# No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

# A Remuneração do Agente Fiduciário não inclui as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas Garantias e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento das Obrigações Garantidas. As eventuais despesas, depósitos, custas judiciais, sucumbências, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrentes do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos investidores, exceto nos casos de comprovado dolo ou culpa do Agente Fiduciário. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos investidores e ressarcidas pela Emissora.

# No caso de atraso no pagamento dos valores devidos ao Agente Fiduciário, os valores em atraso sofrerão os mesmos encargos moratórios aplicáveis às Debêntures.

# Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IPCA, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

# Os serviços do Agente Fiduciário são aqueles descritos na Instrução CVM 583 e Lei das Sociedade por Ações.

# Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

* + - 1. exercer suas atividades com boa fé, transparência e lealdade para com os titulares dos valores mobiliários;
      2. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
      3. renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
      4. conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
      5. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
      6. promover, às expensas da Emissora, caso esta não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCESP e nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da sede da Emissora, do Agente Fiduciário e dos Garantidores; hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários aos referidos registros;
      7. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
      8. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
      9. verificar a regularidade da constituição das Garantias nos prazos estabelecidos nesta Escritura de Emissão, bem como valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos das disposições estabelecidas na presente Escritura de Emissão;
      10. intimar a Emissora a reforçar a garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
      11. solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões que estejam dentro do prazo de vigência dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades, as quais deverão ser apresentadas em até 30 (trinta) dias corridos da data de solicitação;
      12. solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora, e desde que justificada, auditoria extraordinária na Emissora;
      13. convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, às expensas desta última, conforme item 4.21 acima;
      14. informar a Emissora sobre a convocação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo de até 1 (um) Dia Útil de sua convocação;
      15. comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
      16. elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as informações abaixo listadas. Para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar todos os dados financeiros, organograma do grupo societário da Emissora (contendo, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades de controle comum, as coligadas, e demais sociedades integrantes do mesmo bloco de controle, no encerramento de cada exercício social), bem como atos societários necessários à realização do relatório aqui citado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM:
          1. eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
          2. alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
          3. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, da MVB e da RN, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
          4. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
          5. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, bem como todas as disposições e obrigações no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações MVB;
          6. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
          7. resgate, amortização e pagamento de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
          8. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
          9. relação dos bens e valores entregues ao Agente Fiduciário, compreendendo sua administração e/ou prepostos;
          10. declaração sobre a suficiência e exequibilidade das Garantias; e
          11. existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: (I) denominação da companhia ofertante; (II) valor da emissão; (III) quantidade de debêntures emitidas; (IV) espécie; (V) prazo de vencimento das debêntures; (VI) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e (VII) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período, conforme previsto no Anexo 15 da Instrução CVM 583;
      17. disponibilizar em sua página na rede mundial de computadores o relatório de que trata o inciso (xvi) acima, de modo a deixá-lo à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora;
      18. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Escriturador e à B3, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador e a B3 a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
      19. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora, informado prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas, observado os prazos previstos na Instrução CVM 583;
      20. acompanhar a destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
      21. acompanhar as obrigações da Emissora no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações MVB, bem como cumprir com as obrigações estabelecidas pelo Agente Fiduciário no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações MVB;
      22. examinar a proposta de substituição das Garantias, manifestando a sua expressa e justificada concordância;
      23. comunicar aos Debenturistas qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações MVB, indicando as consequências para os titulares dos valores mobiliários e as providências que pretende tomar a respeito do assunto, em até 7 (sete) dias úteis contados da ciência pelo Agente Fiduciário do inadimplemento;
      24. acompanhar com o Banco Mandatário na Data de Pagamento da Remuneração, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado na presente Escritura de Emissão; e
      25. disponibilizar o valor unitário das Debêntures, a ser calculado pela Emissora em conjunto com o Agente Fiduciário, aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou do seu website.

# Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas que será realizada de forma individual para cada uma das Séries.

# Sem prejuízo de seu dever de diligência, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Adicionalmente, o Agente Fiduciário não será, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, os quais continuarão a ser de obrigação da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

# O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes em qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações presentes nesta Escritura de Emissão, bem como nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para basear suas decisões, e não será responsável pela elaboração desses documentos, os quais continuarão a ser de obrigação da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

# O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato cuja decisão seja de competência dos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas por estes. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 583, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

# O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora e/ou os Garantidores para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

* + - 1. declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
      2. executar as Garantias descritas no item 4.18 acima, conforme em vigor, bem como quaisquer outras garantias constituídas, em favor dos Debenturistas;
      3. requerer a falência da Emissora;
      4. tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
      5. representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

# O Agente Fiduciário, observado o disposto no item 4.15.3 e seguintes desta Escritura de Emissão, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (i) a (v) do item 6.10 acima, se a Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar por deliberação da unanimidade dos Debenturistas, bastando, porém a deliberação da maioria dos Debenturistas quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea (v) do item 6.10 acima.

# Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuá-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

# Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

# É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

# Caso ocorra à efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração paga ao Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

# A substituição do Agente Fiduciário deve ser comunicada à CVM, no prazo de até 7 (sete) dias úteis, contados do registro do aditamento da Escritura nos órgãos competentes e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 583 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

# A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos do item 4.14 acima.

# O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos do item 4.21 acima.

# Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

# CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

# Os Debenturistas de cada Série poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, que deverá ser individualizada por Série ou conjunta (respectivamente, “Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série” e “Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série”, e, quando referidas em conjunto, “Assembleia Geral de Debenturistas”), a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

# A Assembleia Geral de Debenturistas, conjuntas ou de uma determinada Série, poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora e/ou por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação ou das Debêntures da determinada Série em Circulação, conforme o caso, ou ainda pela CVM.

# Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas. A Assembleia Geral de Debenturistas conjunta ou de uma determinada Série, conforme o caso, deverá ser realizada no prazo de 8 (oito) dias, contados da publicação do edital de convocação ou, caso não se verifique quórum para realização da Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da nova publicação do edital de convocação.

# A Assembleia Geral de Debenturistas, conjunta ou de uma determinada Série, instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação ou das Debêntures em Circulação da determinada Série, conforme o caso, e, em segunda convocação, com qualquer número.

# Cada Debênture conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, conjunta ou de uma determinada Série, conforme o caso, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

# Para efeito da constituição do quórum de instalação e/ou deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores (inclusive dos Garantidores) ou de qualquer de suas controladas, coligadas ou sociedade de controle comum da Emissora, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges. Para efeitos de quórumde deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

# Não terão direito a voto as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores ou de quaisquer controladas ou coligadas ou de seus controladores, bem como de seus diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges.

# Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, exceto quando formalmente solicitado pelo Agente Fiduciário, hipótese em que será obrigatória.

# O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

# A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas, conjunta ou de uma determinada Série, conforme o caso, caberá ao debenturista eleito pelos demais Debenturistas, ou seu representante no caso do Debenturista ser pessoa jurídica, ou àquele que for designado pela CVM.

# Exceto conforme estabelecido nesta Escritura de Emissão, as deliberações serão tomadas por Debenturistas que representem 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação, inclusive com relação a (a) não declaração de Vencimento Antecipado; e (b) alterações nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura de Emissão que não apresentem outro quórum específico.

# As seguintes deliberações relativas às características das Debêntures, que poderão ser propostas exclusivamente pela Emissora, dependerão da aprovação por Debenturistas que representem pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação ou das Debêntures em Circulação da determinada Série, conforme o caso, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente:

* + - * 1. a Remuneração e forma de seu pagamento;
        2. os respectivos prazos de vencimento das Debêntures;
        3. as condições de pagamento do valor de principal das Debêntures;
        4. qualquer dos termos e condições aplicáveis às Garantias;
        5. alteração e/ou renúncia a qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado;
        6. a deliberação sobre os Eventos de Vencimento Antecipado Automático;
        7. modificação dos quóruns de deliberação e alterações nos procedimentos aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas, estabelecidos nesta Cláusula Sétima;
        8. alteração das obrigações adicionais da Emissora estabelecidas na Cláusula Quinta;
        9. alteração das obrigações do Agente Fiduciário, estabelecidas na Cláusula Sexta; e
        10. com relação a alterações nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura de Emissão que não apresentem outro quórum específico.

# As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas, conjunta ou de uma determinada Série, conforme o caso, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, vincularão a Emissora e obrigarão todos os titulares de Debêntures em Circulação ou das Debêntures em Circulação da determinada Série, conforme o caso, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.

# Independentemente das formalidades previstas na lei e nesta Escritura de Emissão serão consideradas regulares as deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação ou das Debêntures em Circulação da determinada Série, conforme o caso.

# CLÁUSULA OITAVA – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DOS GARANTIDORES

# A Emissora neste ato declara que:

* + - 1. é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
      2. está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
      3. os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
      4. esta Escritura de Emissão é validamente celebrada e constitui obrigação legal, válida, eficaz, vinculante e exequível, de acordo com os seus termos;
      5. a celebração desta Escritura de Emissão, o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e a emissão e a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam **(a)** qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (*1*) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (*2*) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto pelo previsto no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações MVB e, ou (*3*) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; **(b)** qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou **(c)** qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora e/ou as Controladas ou subsidiárias ou quaisquer de seus bens e propriedades;
      6. está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social, ressalvados os casos que não afetem materialmente os negócios da Emissora. A Emissora está obrigada, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
      7. tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de cálculo da Remuneração, que foi acordada por livre vontade entre a Emissora, o Agente Fiduciário e os Coordenadores, em observância ao princípio da boa-fé;
      8. cumprirá todas as obrigações principais e acessórias assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
      9. não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
      10. exceto por aqueles mencionados nas suas demonstrações financeiras consolidadas ou de outra forma informados por escrito à totalidade dos Debenturistas ou ao Agente Fiduciário, a Emissora não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora;
      11. todas as informações prestadas pela Emissora no âmbito da Oferta Restrita, para fins de análise e aprovação da emissão das Debêntures, são corretas e verdadeiras em todos os seus aspectos na data na qual referidas informações foram prestadas e não omitem qualquer fato relevante necessário para fazer com que referidas informações não sejam enganosas em referido tempo à luz das circunstâncias nas quais foram prestadas;
      12. a celebração da presente Escritura de Emissão e a realização da Emissão não alteram ou impactam de forma adversa os negócios e condições da Emissora, nem prejudicam a capacidade da Emissora de satisfazer suas obrigações perante seus acionistas, credores de qualquer natureza, autoridades governamentais e/ou quaisquer terceiros, incluindo, sem limitação, a capacidade da Emissora de satisfazer eventuais condenações decorrentes de demandas nas quais estejam ou sejam envolvidas;
      13. a Emissão se insere no processo de reestruturação de dívidas da Emissora e a Emissora não recebeu qualquer manifestação, oral ou escrita, de seus acionistas, credores de qualquer natureza, autoridades governamentais e/ou quaisquer terceiros contestando a realização da operação, incluindo, sem limitação, a Emissão e/ou quaisquer de seus termos ou condições;
      14. todas as declarações, informações e garantias relacionadas à Emissora, que constam desta Escritura de Emissão,são, na data de assinatura desta Escritura de Emissão, verdadeiras, corretas, consistentes e suficientes para os investidores em todos os seus aspectos;
      15. esta Escritura de Emissão e o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações MVB constituem obrigações legais, válidas, eficazes e vinculativas da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 784 do Código de Processo Civil;
      16. nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto: **(a)** a inscrição da Escritura de Emissão, da ata da AGE da Emissora na JUCESP e dos atos previstos no item 1.2 nas respectivas juntas comerciais; **(b)** a publicação dos atos societários mencionados na alínea (a) acima, conforme aplicável; **(c)** o registro das Debêntures para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário na B3; e **(d)** o registro desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações MVB nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos;
      17. possuía e continua a possuir, nesta data, pleno poder, autoridade e capacidade para celebrar o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações MVB, bem como todas as autorizações societárias e demais autorizações necessárias para a constituição das Garantias;
      18. os direitos creditórios cedidos no âmbito do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações MVB existem e, exceto pela Alienação Fiduciária de Ações descrita nesta Escritura de Emissão, estarão livres e desembaraçadas de qualquer ônus na Data de Integralização;
      19. cumpre e faz cumprir, bem como declara que suas afiliadas, acionistas, funcionários ou eventuais subcontratados cumprem e fazem cumprir, as normas aplicáveis que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, na forma das Leis Anticorrupção, na medida em que **(a)** mantém políticas e procedimentos internos que asseguram integral cumprimento de tais normas; **(b)** dá pleno conhecimento de tais normas a todos os profissionais que venham a se relacionar com a Emissora, previamente ao início de sua atuação no âmbito deste documento; **(c)** abstém-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional e estrangeira, no seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não; **(d)** caso tenham conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas, comunicarão imediatamente os Coordenadores que poderá tomar todas as providências que entender necessárias; e **(e)** realizarão eventuais pagamentos devidos aos Coordenadores exclusivamente por meio de transferência bancária ou cheque;
      20. nem a Emissora, nem sua controladora, qualquer das Controladas ou coligadas, diretores, membros de conselho de administração, quaisquer terceiros, incluindo assessores ou prestadores de serviço, agindo em benefício da Emissora: **(a)** usou os seus recursos para contribuições, doações ou despesas de representação ilegais ou outras despesas ilegais relativas a atividades políticas; **(b)** fez qualquer pagamento ilegal, direto ou indireto, a empregados ou funcionários públicos, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos (incluindo seus familiares), nacionais ou estrangeiros, praticou quaisquer atos para obter ou manter qualquer negócio, transação ou vantagem comercial indevida; **(c)** violou qualquer dispositivo das Leis Anticorrupção; ou **(d)** fez qualquer pagamento de propina ou qualquer outro valor ilegal, ou influenciou o pagamento de qualquer valor indevido;
      21. está em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, exceto na medida em que estejam sendo contestadas de boa-fé ou negociadas com os órgãos competentes; e
      22. possui válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações, licenças e registros necessários para a condução de seus negócios, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial.

# Cada Garantidor neste ato declara e garante que:

* + - 1. possui plena capacidade e legitimidade para celebrar o presente Contrato, realizar todas as operações aqui previstas e cumprir todas as obrigações aqui assumidas;
      2. a celebração desta Escritura de Emissão e a assunção das obrigações nesta previstas, bem como a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem irá resultar em: **(a)** vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; **(b)** criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou **(c)** rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
      3. a Emissão se insere no processo de reestruturação de dívidas da Emissora e suas Controladas e nenhum dos Garantidoras recebeu qualquer manifestação, oral ou escrita, de credores de qualquer natureza, autoridades governamentais e/ou quaisquer terceiros contestando a realização da operação, incluindo, sem limitação, a Emissão e/ou quaisquer de seus termos ou condições;
      4. cumprirá todas as obrigações principais e acessórias assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
      5. as informações e declarações contidas nesta Escritura de Emissão à seu respeito e em relação à Oferta Restrita, conforme o caso, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Restrita;
      6. esta Escritura de Emissão constitui obrigações legais, válidas, eficazes e vinculativas, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 784 do Código de Processo Civil; e
      7. tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de cálculo da Remuneração, que foi acordada por livre vontade entre a Emissora, o Agente Fiduciário e os Coordenadores, em observância ao princípio da boa-fé.

# A Emissora e os Garantidores, conforme o caso, se comprometem a notificar em até 1 (um) Dia Útil os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

# CLÁUSULA NONA – DAS NOTIFICAÇÕES

# Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

**Para a Emissora:**

MV PARTICIPAÇÕES S.A.

Rua Luigi Galvani, n.º 70, 9º andar, Edifício Alana II, Itaim Bibi

São Paulo, SP

CEP: 04575-020

At.: Pedro Magalhães

Telefone: (11) 3137-4200

Correio Eletrônico: pedro.magalhaes@ricardoeletro.com.br

**Para os Garantidores:**

RICARDO RODRIGUES NUNES

Rua Luigi Galvani, n.º 70, 9º andar, Edifício Alana II Itaim Bibi,

São Paulo – SP

CEP: 04575-020

Telefone: (11) 3137-4200

Correio Eletrônico: ricardo.nunes@ricardoeletro.com.br

LUIZ CARLOS DOS SANTOS BATISTA

Rua Luigi Galvani, n.º 70, 9º andar, Edifício Alana II Itaim Bibi

São Paulo – SP

CEP: 04575-020

Telefone: (11) 3137-4200

Correio Eletrônico: lcbatista@ricardoeletro.com.br

**Para o Agente Fiduciário:**

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Avenida das Américas, nº 3.434, Bloco 07 - Grupo 201, Barra da Tijuca

Rio de Janeiro – RJ

CEP: 22640-102

At.: Antonio Amaro / Maria Carolina Vieira Abrantes

Telefone: (21) 3514-0000

Correio Eletrônico: antonio.amaro@oliveiratrust.com.br / ger2.agente@oliveiratrust.com.br

# As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de recebimento de “aviso de entrega e leitura”. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

# CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

# Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora ou dos Garantidores, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora ou pelos Garantidores nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

# A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

# Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

# A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos dos incisos I e III do artigo 784 do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com o artigo 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

# Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

# Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados, de acordo com a regra, prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

# Correrão por conta da Emissora todos os custos incorridos com a Oferta Restrita, registro da Garantias, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, do Banco Depositário, do Banco Liquidante e Escriturador e dos demais prestadores de serviços, e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.

# CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

# Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora, o Agente Fiduciário e os Garantidores, na qualidade de interveniente anuente, em 4 (quatro) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, sendo que apenas 3 (três) vias serão levadas para registro na JUCESP, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 19 de outubro de 2017

*(O restante da página foi deixado intencionalmente em branco*.)

*Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 2 (Duas) Séries, da Espécie Quirografária, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, da MV Participações S.A.*

#### MV PARTICIPAÇÕES S.A.

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Nome: Ricardo Rodrigues Nunes  Cargo: Diretor | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Nome: Luiz Carlos dos Santos Batista  Cargo: Diretor |

*Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 2 (Duas) Séries, da Espécie Quirografária, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, da MV Participações S.A.*

#### OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Nome:  Cargo: | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Nome:  Cargo: |

*Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 2 (Duas) Séries, da Espécie Quirografária, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, da MV Participações S.A.*

#### RICARDO RODRIGUES NUNES

|  |  |
| --- | --- |
|  |  |
|  | RG: M4.904.553 |
|  | CPF: 749.467.146-34 |

*Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 2 (Duas) Séries, da Espécie Quirografária, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, da MV Participações S.A.*

**LUIZ CARLOS DOS SANTOS BATISTA**

|  |  |
| --- | --- |
|  |  |
|  | RG: 01.307.174-28 |
|  | CPF: 104.417.005-00 |

*Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 2 (Duas) Séries, da Espécie Quirografária, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, da MV Participações S.A.*

**ADRIANA BATISTA NUNES**

|  |  |
| --- | --- |
|  |  |
|  | RG: M2.720.233 |
|  | CPF: 000.831.806-99 |

*Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 2 (Duas) Séries, da Espécie Quirografária, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, da MV Participações S.A.*

#### Testemunhas

|  |  |
| --- | --- |
| 1.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Nome:  CPF:  RG: | 2.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Nome:  CPF:  RG: |

ANEXO I DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM 2 (DUAS) SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, DA MV PARTICIPAÇÕES S.A.

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM 2 (DUAS) SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, DA MV PARTICIPAÇÕES S.A.

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

**MV PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações, sem registro de capital aberto perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Luigi Galvani, n.º 70, 9º andar, sala 3, Edifício Alana II, Itaim Bibi, CEP 04575-020, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o n.º 28.029.249/0001-49, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) sob o NIRE n.º 35300505131, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora");

e, como agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das debêntures da 1ª (primeira) emissão da Emissora (“Debenturistas” e, individualmente, “Debenturista”),

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 3.434, Bloco 07 - Grupo 201, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu estatuto social(“Agente Fiduciário”);

e, na qualidade de intervenientes garantidores,

**RICARDO RODRIGUES NUNES**, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG n.º M4.904.553 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o n.º 749.467.146-34, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Luigi Galvani, n.º 70, 9º andar, Edifício Alana II, Itaim Bibi, CEP 04575-020 (“Sr. Ricardo”);

**LUIZ CARLOS DOS SANTOS BATISTA**, brasileiro, casado sob o regime de separação absoluta de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG n.º 1.307.174-28 SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob o n.º 104.417.005-00, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Luigi Galvani, n.º 70, 9º andar, Edifício Alana II, Itaim Bibi, CEP 04575-020 (“Sr. Luiz Carlos”, em conjunto com Sr. Ricardo, “Garantidores”);

(sendo a Emissora, o Agente Fiduciário e os Garantidores designados, em conjunto, como “Partes” e, individual e indistintamente, como “Parte”);

Como cônjuge do Sr. Ricardo expressamente anuindo com a outorga da Fiança Ricardo, exclusivamente para os fins do disposto no artigo 1.647, inciso III, da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Código Civil”):

**ADRIANA BATISTA NUNES**, brasileira, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, empresária, portadora da cédula de identidade RG n.º M2.720.233 SSP/MG, inscrita no CPF/MF sob o n.º 000.831.806-99, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Luigi Galvani, n.º 70, 9º andar, Edifício Alana II, Itaim Bibi, CEP 04575-020 (“Cônjuge Anuente”).

**CONSIDERANDO QUE**:

1. em 25 de outubro de 2017 foi celebrado o “*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 2 (Duas) Séries, da Espécie Quirografária, a Ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, da MV Participações S.A.*” entre a Emissora, o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas e, na qualidade de fiadores, o Sr. Luiz Carlos e o Sr. Ricardo Rodrigues Nunes (em conjunto, “Garantidores”) e, na qualidade de cônjuge anuente, a Sra. Adriana Batista Nunes (“Escritura de Emissão”), estabelecendo a emissão de até 1.667.118 (um milhão, seiscentas e sessenta e sete mil, cento e dezoito)debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com *da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real*, *com garantia adicional fidejussória* em duas séries, para distribuição pública, com esforços restritos, da 1ª (primeira) emissão da Emissora, todas com valor nominal unitário de R$1.000,00 (um mil reais), na data de emissão, perfazendo o montante total de até de R$ 1.667.118.000,00 (um bilhão, seiscentos e sessenta e sete milhões, cento e dezoito mil reais) (“Emissão” e “Debêntures”, respetivamente), conforme aprovado pelos acionistas da Emissora reunidos em assembleia geral extraordinária de acionistas realizada em 25 de outubro de 2017 (“AGE da Emissora”);
2. as Debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição, com esforços restritos de colocação, sob o regime misto de garantia firme e de melhores esforços de colocação para a totalidade das Debêntures, nos termos da Instrução CVM 476 (“Oferta Restrita”);
3. em [•], foi celebrado o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações MVB regulando a constituição da Alienação Fiduciária de Ações MVB e da Cessão Fiduciária de Dividendos;
4. em [•], os Debenturistas concordaram em convolar a espécie das Debêntures para a espécie com garantia real, uma vez que a Alienação Fiduciária de Ações MVB e a Cessão Fiduciária de Dividendos passaram a garantir, no mínimo, 100% do saldo devedor das Debêntures;
5. as Partes desejam aditar a Escritura de Emissão para ajustar a sua redação de modo a prever a convolação da espécie quirografária para garantia real das Debêntures.

vêm por esta celebrar, na melhor forma de direito, o presente “*Primeiro Aditamento ao* *Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 2 (Duas) Séries, da Espécie Quirografária, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, Garantia Adicional Fidejussória, da MV Participações S.A.”* (“Escritura de Emissão”, “Emissão” e “Debêntures”, respectivamente), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS Termos Definidos**
   1. As expressões utilizadas neste Aditamento em letra maiúscula e aqui não definidas de forma diversa, terão o significado a elas atribuído na Escritura de Emissão e, em caso de omissão nos referidos instrumentos, em consonância com o conceito consagrado pelos usos e costumes do mercado financeiro e de capitais local.
2. **CLÁUSULA SEGUNDA – DO Aditamento**
   1. Em razão da convolação da espécie das Debêntures, resolveram as Partes realizar os ajustes daí decorrentes na Escritura de Emissão, de forma que o título e qualquer referência a ele, bem como o item 4.4.1 passam a vigorar com a seguinte redação:

“INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM 2 (DUAS) SÉRIES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, DA MV PARTICIPAÇÕES S.A.”

“Espécie: As Debêntures são da espécie com garantia real, e contarão ainda com garantia adicional fidejussória, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.”

1. **CLÁUSULA TERCEIRA – DO Registro do Aditamento**
   1. O presente Aditamento será arquivado na JUCESP, de acordo com o inciso II e o parágrafo 3º do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.
   2. A Emissora se obriga a registrar o presente Aditamento na JUCESP em até 30 (trinta) dias corridos contados da data de assinatura deste Aditamento. A Emissora compromete-se a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original deste Aditamento, devidamente registrado na JUCESP, no prazo de 10 (dez) dias corridos contados da data de obtenção do referido registro.
   3. Em razão das Fianças prestadas pelos Garantidores nos termos da Escritura de Emissão, o presente Aditamento será registrado nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, conforme o caso, das sedes ou domicílio da Emissora, do Agente Fiduciário e dos Garantidores, na forma prevista nos artigos 129 e 130 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada.
   4. A Emissora se obriga a registrar o presente Aditamento nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos em até 20 (vinte) dias corridos contados da data de assinatura deste Aditamento. No prazo de até **(a)** 7 (sete) Dias Úteis após as datas de assinatura deste Aditamento, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário o protocolo do pedido de registro do presente Aditamento, nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos; e **(b)** 5 (cinco) Dias Úteis após a obtenção de tais registros, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original deste Aditamento, devidamente registrados nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos.
2. **CLÁUSULA QUARTA – DA Ratificação das Disposições da Escritura de Emissão**
   1. Todos os termos e condições do Contrato que não tenham sido expressamente alterados pelo presente Aditamento são neste ato ratificados e permanecem em pleno vigor e efeito.
3. **CLÁUSULA QUINTA – DA Validade das declarações**
   1. A Emissora e os Garantidores ratificam e renovam, neste ato, as declarações que prestaram nos termos da Cláusula Oitava da Escritura de Emissão, conforme o caso.
4. **CLÁUSULA SEXTA – DAS Disposições gerais**
   1. As Partes celebram este Aditamento em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se ao seu fiel, pontual e integral cumprimento por si e por seus sucessores, a qualquer título.
   2. Qualquer alteração a este Aditamento somente será considerado válido se formalizado por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as Partes.
   3. Caso qualquer das disposições deste Aditamento venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.
   4. As Partes, de boa-fé, desde já reconhecem que este Aditamento é parte do Contrato, não devendo ser, em hipótese alguma, analisado ou interpretado individualmente.
   5. Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.
   6. O presente Aditamento e a Escritura de Emissão constituem título executivo extrajudicial, nos termos dos incisos I e III do artigo 784 do Código de Processo Civil, e as obrigações neles encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com o artigo 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.
   7. Este Aditamento é regido pelas Leis da República Federativa do Brasil.
5. **CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO**
   1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas deste Aditamento.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente Aditamento a Emissora, o Agente Fiduciário e os Garantidores, na qualidade de interveniente anuente, em 4 (quatro) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, sendo que apenas 3 (três) vias serão levadas para registro na JUCESP, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, [•]

(*restante desta página intencionalmente deixado em branco*)

1. Nota Mattos Filho: pendente discussão com o time operacional da OT. [↑](#footnote-ref-2)